



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

V Legislatura

Número: 81

IV Sessão Legislativa

Horta, Quinta-feira, 23 de Maio de 1996

Presidente: *Deputado Humberto Melo.*

Secretários: *Deputados Gaspar da Rosa e Hélio Pombo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Ricardo Barros).*

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 15.10 horas)

Período de Antes da Ordem do Dia

Depois de lida a correspondência entrada na Mesa da ALRA, passou-se de imediato às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região onde intervieram, a diverso título, os Srs. Deputados Hélio Pombo (*PS*), Manuel António Martins (*Ind.*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Manuel Serpa (*PS*), Jorge Cabral (*PSD*), Silva Melo (*PS*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), João Cunha (*PSD*), Francisco Sousa (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*).

Período da Ordem do Dia

Neste período apreciou-se e votou-se as seguintes iniciativas legislativas:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência", o qual foi aprovado, tanto na generalidade como na especialidade, por maioria, com excepção do Artigo 7.º A que foi aprovado por unanimidade.

Neste ponto intervieram os Srs. Deputados Ana Carolina Silva (*PSD*), Fernando Fonte (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Rui Melo (*PSD*), Victor Cruz (*PSD*), Homem de Gouveia (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*).

- Relatório sobre a "Prevenção da Sida na Região Autónoma dos Açores".

A apresentação do relatório supra-referenciado coube ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca (*PSD*), tendo usado da palavra sobre o mesmo assunto os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (*PS*), Rui Melo (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Fonte (*PS*) e Jorge Cabral (*PSD*), tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade.

- Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamento Policial da Região Autónoma dos Açores".

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados José Maria Bairos (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*) e Fernando Menezes (*PS*), tendo ainda usado da palavra Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*), a quem coube a apresentação do diploma.

A proposta acima mencionada foi aprovada tanto na generalidade como na especialidade por unanimidade.

- Proposta de Resolução que "declara findo o Período Legislativo de Maio".

A proposta acima mencionada foi aprovada por unanimidade.

(Os trabalhos terminaram às 20.45 horas).

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde.

Agradecia que tomassem os vossos lugares para se proceder à chamada.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Álvaro Manito, Ana Gomes Silva, António Almeida, Artur Martins, Aurélio da Fonseca, Carlos Morais, Carlos Silva, Eugénio Leal, Gaspar da Rosa, Gastão Barbosa Pacheco, Homem de Gouveia, Humberto Melo, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Cabral, Jorge Valadão dos Santos, José Gonçalo Botelho, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel Gil Ávila, Rosa Maria Machado, Rui Melo, Victor Cruz, Victor Evaristo; PS - Dionísio Sousa, Fernando Fonte, Fernando Lopes Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Hélio Pombo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Manuel Serpa, Martins Goulart, Nélia Figueiredo, Ricardo Barros, Rogério Serpa; PP- Alvarino Pinheiro; PCP- Paulo Valadão; Dep. Ind. - Manuel António Martins.).

Presidente: Estão presentes 44 Srs. Deputados.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Gaspar da Rosa*): Da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, resposta a requerimento dirigido pelo Sr. Deputado Paulo Valadão cujo assunto é: "Temporal de Junho de 1995, na Ilha das Flores".

"Em referência ao requerimento designado em epígrafe, enviado a coberto do ofício n.º 1170, datado de 96/04/03, do Gabinete de sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de informar V. Exa., sobre o parecer desta Secretaria Regional acerca da aquisição de habitações para realojamento, relacionadas com os temporais de Junho de 1995 na Ilha das Flores.

A concretização dos processos de realojamento dos 3 agregados desalojados em consequência das enxurradas de Junho de 1995, passa pela aquisição de 3 moradias que serão permutadas pelas casas danificadas ou em risco.

Só no início de 1996 nos foram facultados os elementos de identificação dos vendedores e dos imóveis necessários à celebração das escrituras de compra e venda, e só em meados deste mês foi posto em execução o Orçamento da R.A.A. para o ano

em curso, tendo já sido pedido o cabimento de verba necessária ao processamento das importâncias acordadas e ao "Visto" do T.C. nos processos de aquisição.

Os processos das casas a permutar não se encontram ainda completos e sem os registos das casas e a documentação dos titulares não é possível desenvolver os processos conducentes às permutas.

Com os melhores cumprimentos.

O Adjunto do Secretário Regional, Eduardo de Medeiros".

Secretário (Hélio Pombo): Da Secretaria Regional da Habitação, Obras Públicas, Transportes e Comunicações, resposta a requerimento do Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Paulo Valadão, cujo assunto é:

"Voos Charters da Sata para a Europa".

"Em referência ao requerimento designado em epígrafe, enviado a coberto do ofício nº.473 datado de 96.02.07, do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa Regional, encarrega-me Sua Excelência o Secretário Regional de enviar a V. Exa., para os devidos efeitos, os esclarecimentos às questões levantadas pelo Senhor Deputado Paulo António de Freitas Valadão, sobre a operação do avião Boing 737-300 operado pela SATA AIR AÇORES:

1. A operação charter desenvolvida pela SATA utilizando uma aeronave B737-300 tem decorrido conforme o previsto nos estudos efectuados pela empresa e por consultores independentes.

Assim, é normal neste momento acreditar nas vantagens que este negócio trará para o desenvolvimento e afirmação da empresa de transporte aéreo regional.

Voar entre o Continente e os Açores tem sido, desde sempre, uma possibilidade de crescimento da SATA.

Neste momento a TAP tem o exclusivo das rotas entre o Continente e os Açores o que inviabiliza a realização de voos nestas rotas pela SATA.

Optou-se, portanto, por realizar um acordo de parceria com a TAP em que no âmbito de uma prestação mútua de serviços entre as empresas ficassem incluídas duas rotações à Horta, em que a TAP utilizaria o avião da SATA. A rota LIS/HOR/LIS foi escolhida porque é a única que tem uma oferta tradicional daquele tipo de avião, o

que não acontece com Ponta Delgada e Terceira em que a TAP utiliza aeronaves de maior envergadura.

As negociações estão concluídas e o respectivo contrato assinado, tendo-se iniciado os voos no dia 3 de Abril.

A SATA AIR Açores não adquiriu o B737-300, tendo apenas efectuado um leasing operacional por três anos.

De qualquer forma é bom realçar que a operação da Horta representa uma ocupação do avião duas manhãs por semana o que não viabiliza de forma alguma o projecto em causa.

A verdade é que todas as operações são importantes porque representam vendas.

É neste contexto que a realização de negócios entre a SATA e a TAP deve ser enquadrada.

4. Não existe uma perspectiva concreta, no curto prazo, de realizar outras rotas com a TAP.

Após a consolidação da actual parceria é de prever um aprofundamento das relações entre as duas empresas e, eventualmente, a utilização do B737-300 da SATA será discutida.

Mas é necessário ter em conta que os negócios desta natureza só são possíveis de realizar quando criam valor a ambas as partes envolvidas, pelo que estes negócios são sempre avaliados numa perspectiva empresarial, como de resto foi o que aconteceu na presente ligação à Horta.

Com os melhores cumprimentos.

A Adjunta do Secretário Regional, *Maria José Marinho*".

- Está presente na Mesa uma Proposta de Resolução apresentada pelo Partido Popular, sobre "Transferências orçamentais necessárias a dotar os Serviços de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com diversos fornecedores".

Presidente: Srs. Deputados, terminada a leitura do expediente, vamos passar ao período destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Peço ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o favor de o fazer substituir na Mesa.

(Neste momento o Deputado Ricardo Barros substitui o Deputado Hélio Pombo no lugar de Secretário da Mesa da ALRA).

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de começar a ler a minha intervenção, gostava de vos dizer que, aquando da última visita do Governo Regional dos Açores à Ilha do Corvo, o Sr. Presidente do Governo, a determinado momento, disse mais ou menos isto: "em ilhas com o tamanho da Ilha do Corvo, quando se investe ou se faz qualquer tipo de trabalhos não se poderá pensar só com a cabeça".

Na minha opinião, julgo que o Sr. Presidente estaria a dizer que não poderíamos estar só a pensar com a frieza dos números, mas também com o coração.

Para mim, o Sr. Presidente é uma pessoa séria e reputo-o como tal. Julgo que ao dizer isto, não estava a fazer afirmações gratuitas numa pré-campanha eleitoral.

Como homem honesto que julgo que é, estas afirmações são sérias.

Nesta base, gostaria que os Sr. Deputados e caros colegas, imbuíssem esta minha intervenção nesta forma de pensar.

Como é do conhecimento de alguns dos Senhores Deputados, a situação da Educação na ilha do Corvo não é das mais favoráveis na nossa Região.

Há alguns anos, foi elaborado um projecto e executada uma maquete de um edifício com espaços destinados, entre outras funções, a salas de aula, biblioteca, espaço para convívio, etc..

Esse projecto não mereceu a concordância de diversas entidades, pelo que, no Corvo, continuamos ainda hoje a ter como Escola um velho edifício, com antiquado mobiliário e sem equipamento.

Todavia, como é público, a situação educativa mudou e já se lecciona na minha Ilha o 7.º ano de escolaridade.

Com o início da leccionação do 3º ciclo do ensino básico, exige-se um novo espaço que permita às crianças e jovens corvinos as condições mínimas para obterem o sucesso que merecem e os conhecimentos e aptidões que todos desejamos.

Agora exige-se que o edifício escolar a construir no Corvo obedeça a características que satisfaçam as seguintes necessidades:

- **Educação Pré-Escolar** para as crianças dos três aos cinco anos (*mesmo que se mantenha na área da Instituição Particular de Solidariedade Social*);
- **1.º Ciclo do Ensino Básico** naturalmente para as crianças do 1.º ao 4.º ano de escolaridade;
- **2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico** para os alunos do 5.º ao 9.º ano, com salas normais e específicas indispensáveis ao cumprimento dos currículos e programas;
- **Biblioteca** a ser utilizada pelos alunos e pela comunidade;
- **Sala de Professores** para servir todos os docentes do Corvo;
- **Ginásio** para a Educação Física de todas as turmas e fora das horas lectivas, ao serviço da comunidade;
- **Anfiteatro** para servir a escola e a comunidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Poderá parecer que estamos a querer, para o Corvo, o que não foi ainda possível fazer em qualquer outra ilha.

Não é verdade.

Mas, sejamos francos, também não existe qualquer outra ilha onde se leccione em tão pobres instalações. E já que vamos começar do zero, que se faça uma estrutura que sirva, como acontece com a actual, não para um século, mas pelo menos por alguns decénios, porque todos nós sabemos que quando se faz uma obra de maior vulto no Corvo, presumimos que ela vai durar muitos anos. Esperamos que ela se faça com boas condições.

Julgamos que a investir-se, as condições visem corresponder a várias vertentes, criando-se condições não só para a Escola, mas também (*e através desta*) para a Comunidade Corvina, já que o edifício, integrado na nossa urbanização, poderá e deverá cumprir outros objectivos para além dos escolares.

Os Corvinos esperam que todos os responsáveis pela nossa Região e, desde logo, esta Assembleia, tomem como suas as necessidades corvinas, projectem e executem uma obra que a todos nos dignifique e possa ficar como marco de respeito e solidariedade na senda do desenvolvimento para com a Ilha mais pequena, onde tudo é mais necessário e, por isso mesmo, mais precioso.

Ao pedirmos este tipo de edifício escolar, não estamos a pedir "mundos e fundos".

Para terminar, gostaria de acrescentar o seguinte:

Julgo que todas as freguesias da nossa Região Autónoma - senão são todas, deverá haver muitas poucas não têm - têm um polivalente.

Na ilha do Corvo, este edifício nunca existiu.

Não façam um polivalente, senão o querem fazer, mas pelo menos deixem na estrutura escolar condições que possam substituir o mesmo.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel António Martins.

Deputado Manuel António Martins (lnd): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desenvolvimento do turismo no espaço rural.

A análise que fazemos da dinamização da actividade turística na Região Autónoma dos Açores, é que a par do esforço na adequação da legislação nacional para a realidade regional, com uma sucessiva repetição de objectivos genéricos, estabelecimento de competências, criação de critérios de apreciação, hierarquização de apoios, etc, o pouco que se tem conseguido, assenta sobretudo na criação de condições de alojamento, estando o capítulo da animação e acompanhamento turístico muito aquém do desejável.

Esta convicção é, aliás, alicerçada, pela evolução do enquadramento jurídico e legal dos sistemas que enquadram os mecanismos de apoio ao fomento do turismo.

O apoio que entretanto é assegurado à iniciativa privada, que consideramos essencial, corre um sério risco, porque surge desgarrado de um envolvimento adequado e de criação de esquemas complementares de apoio à estadia dos turistas e de animação de espaços. Pensamos que oferecer cama e mesa a quem nos visita não basta para dizer que se está a fomentar o turismo.

O que acontece é que não é possível aos empresários por si só realizarem a árdua tarefa de dinamização e animação turística da Região.

Cabe ao governo e às autarquias criar as condições básicas que potenciem a oferta dos empresários privados.

É neste capítulo preciso da animação que um contributo valioso poderia ser dado pelas comunidades rurais, seu espaço, tradição e modo de viver. Por isso atrevo-me a falar num tema como o turismo, pois estou certo que o turismo no espaço rural, tem uma palavra a dizer e algo a oferecer ao turista que nos procura.

Neste aspecto particular considero haver ainda muito a fazer pelo governo e autarquias.

É unânime a convicção, que o turista que nos procura, é na sua maioria oriundo das classes médias e alta, para quem a dimensão cultural e pedagógica é muito apreciada, dando grande valor à identidade cultural local.

Como tal, deverá existir uma preocupação da parte das entidades oficiais em permitir ao visitante um contacto personalizado, uma inserção no meio rural físico e humano, bem como e na medida do possível, uma participação nas actividades, costumes e modos de vida.

O fomento desta componente na oferta turística irá de encontro ao crescente interesse pelo património natural e pela cultura rural, por parte do turista cidadão.

O apoio a este produto turístico atractivo e alternativo terá igualmente um efeito altamente positivo no desenvolvimento local, aliando às razões puramente conservadoras de preservação do sistema de vida rural com as necessidades de viabilidade económica.

O fomento do turismo e animação em espaço rural ao ser dinamizado, com vista ao objectivo mais vasto de um desenvolvimento económico, poderá garantir:

- 1.º Um equilíbrio entre, os sistemas ecológicos sócio-económicos e culturais da zona, e um processo de mudança;
- 2.º Criação para a população local de uma fonte de rendimentos suplementares que permita fazer face à crise dos sistemas agrícolas e das sociedades rurais, implicando uma opinião local sobre a decisão de investimento;
- 3.º Contribuição para a diversificação das actividades económicas, aumentando a oferta de serviços e de produtos locais, eles próprios factores de uma maior capacidade de atracção turística;
- 4.º Promoção do intercâmbio entre as culturas e as populações no conhecimento e respeito mútuos, como factor de coesão e solidariedade social;
- 5.º Favorecimento de uma política coordenada de ordenamento do território, que permita melhorar a competitividade das actividades económicas das zonas menos favorecidas e dotá-las de infraestruturas e equipamentos indispensáveis à qualidade de vida, tanto para as populações locais como para os visitantes.

Estes objectivos que permitiriam uma estruturação da sociedade açoriana em termos harmoniosos deverão ser perseguidos por quem detém responsabilidades no fomento do turismo na Região e por isso pensamos que neste campo muito há ainda a fazer.

Sem querer estar a comentar políticas para um sector onde outros se sentirão mais à vontade, não posso perder esta oportunidade para avançar com algumas sugestões sobre o que se poderia fazer em termos de turismo em espaço rural.

Assim, consideramos importante dinamizar e criar as seguintes actividades:

- 1.º Divulgação e apoio ao turismo de habitação em espaço rural, com aproveitamento para alojamento, recuperação de moinhos, lagares, fornos, etc, e estudo com criação de Casas Etnográficas.
- 2.º Dinamização de Feiras Artesanais a realizar também nas épocas de maior procura turística, ou em simultâneo com a realização de congressos que frequentemente ocorrem na RAA.
- 3.º Apoio à produção, promoção e comercialização de produtos agrícolas típicos regionais. Pretendendo-se com tal medida preservar, revitalizar e expandir culturas, com mercado comercializados, comprimido, tradicionalmente em feiras próprias ou directamente no terreno de cultivo, com produção temporal e espacialmente

orientadas para o mercado local. Reactivação da produção de produtos típicos em risco de desaparecimento .

4.º Criação de zonas de lazer, melhoria, limpeza, segurança e sinalização dos parques e miradouros existentes, elaboração de mapas-roteiros com circuitos pedestres dotados de centros com estruturas de apoio e esclarecimento da riqueza da flora e fauna da Região.

Consideramos que este modesto contributo, mais não faz que chamar a atenção para uma componente que consideramos importante no turismo da Região e sem a qual, a breve prazo o turismo da RAA não será muito diferente de outro qualquer perdendo toda a especificidade que lhe dá a mais-valia.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Excelentíssimo Senhor Presidente do Governo, Excelentíssimos Membros do Governo, Excelentíssimo Senhor Secretário Regional da Agricultura e Pescas, Excelentíssimos Deputados:

Pela sua tripla função de gerador de rendimentos e empregos, de promotor de infraestruturas e vector de trocas entre o meio rural e urbano, tendo em conta o seu efeito multiplicador para investimentos directos relativamente modestos, o turismo rural pode desempenhar um papel importante para o desenvolvimento das zonas menos favorecidas, assim as entidades oficiais acreditem e criem as condições para o seu incremento.

Disse.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O apoio ao investimento privado tem constituído objectivo primordial dos sucessivos planos e documentos de política, apresentados pelo Governo a esta Assembleia e ao povo dos Açores, e aqui aprovados.

Durante esta V Legislatura, se houve medidas de política que efectivamente não conseguiram atingir os indicadores mínimos que se propunham, foi exactamente os sistemas de incentivos ao investimento privado.

Todos temos conhecimento da crise que se instalou no próprio funcionamento da administração regional a partir de 1992.

É do conhecimento do público as restrições e rupturas que ocorreram durante 1993, e o aparecimento do sistema de incentivos ao investimento da Região Autónoma dos Açores em finais de 94, fez com que durante aquele ano, praticamente não tivesse ocorrido ou não entrasse em vigor nenhum sistema de incentivos.

As demoras decorrentes do aparecimento das respectivas regulamentações e o próprio processo de análise e aprovação desse referido sistema nesta Assembleia, fez com que praticamente também em 95, não entrasse em funcionamento. Ou seja, durante 94 e 95 os empresários desta Região estiveram a aguardar a entrada em vigor dos novos sistemas de apoio ao investimento. Em 93, tinham funcionado de forma deficiente os que estavam em vigor.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que o Partido Popular traz hoje a esta Câmara, é o seu alerta relativamente ao ritmo insatisfatório como está a decorrer, nomeadamente o sub-programa SIRALA na Região Autónoma dos Açores.

Nós sabemos que a administração fez gala nisso - também dissemos que se tratava de um bom sistema de apoio ao investimento - e que entraram centenas de candidaturas para este sistema.

Todos nós sabemos a situação de crise e de ruptura que ocorre nas pequenas e médias empresas da Região e é nomeadamente o sector comercial aquele que recorre em maior número ao SIRALA.

Na altura própria também referimos que o envolvimento das Câmaras de Comércio e Indústria, como entidades gestoras desse sistema, e a participação e colaboração das Câmaras Municipais, tinham de positivo, por um lado, a inovação que se envolvia e a co-responsabilização que isso trazia ao sistema, por outro também podia envolver alguns perigos.

Um deles - e lembramo-nos de o ter referido aqui - era o perigo de eventuais atrasos e maus funcionamentos que pudessem a vir a ser atribuídos à própria associação dos empresários.

Nós receamos que, neste momento, já possa estar em fermentação uma situação de potencial conflito ou de conflitualidade, entre os empresários e as respectivas Câmaras de Comércio.

Não nos cabe a nós emitir grandes juízos sobre esta matéria - é assunto de exclusiva responsabilidade das direcções dessas instituições - mas das duas uma: ou criam-se condições para que esses sistemas funcionem, ou então se politicamente eles resultarem em enfraquecimento do próprio poder associativo dos empresários dos Açores, parece-nos um mau serviço prestado a esta causa.

Será eventualmente uma imprudência dos seus dirigentes, mas o resultado final é que nos preocupa e não as políticas das direcções das Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Se porventura o motivo e a causa dos atrasos nas aprovações e no expediente inerente aos sistemas de incentivos, nomeadamente ao SIRALA, são da responsabilidade do Governo Regional, é indispensável que o Governo tome medidas para corrigir esse estado de coisas.

Se os atrasos e as delongas no funcionamento desse sistema de incentivos ao investimento são da responsabilidade burocrática e funcional das Câmaras de Comércio, da entidade gestora, é indispensável que elas alterem o seu comportamento nesse domínio e nós, representantes do povo dos Açores, temos que exigir atitudes ao Governo Regional porque este responde perante esta Assembleia e não as Câmaras de Comércio e Indústria.

Por conseguinte, na nossa opinião, o Governo deve tomar boa nota dessa situação e junto das Câmaras de Comércio e Indústria deve zelar para que seja dado o andamento devido e assegurado o ritmo necessário e adequado às centenas de processos que, neste momento, circulam pelos corredores das Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores.

Os nossos empresários não irão compreender que um Governo Regional que está a três ou quatro meses de cessar o seu mandato, fique impávido e sereno perante um mau ritmo a que os sistemas de incentivos estão a funcionar.

Não basta - como eu dizia na última sessão - que o Governo se alegre com sessões públicas perante a comunicação social, perante a aprovação de três ou quatro projectos, de três em três semanas. A este ritmo nem o próximo Governo Regional no ano 2000 acabará por aprovar as centenas de projectos que estão a aguardar resolução.

A maior parte deles são de pequeníssima dimensão e por conseguinte não se pode admitir que passados seis e sete meses da tomada de posse nos departamentos respectivos, ainda continuem sem o mínimo de decisão sobre essa matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Era este alerta e esta recomendação política que o Partido Popular queria fazer perante esta Assembleia e perante o Governo Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (*Gaspar da Silva*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para um pequeno esclarecimento em relação à intervenção do Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Com efeito, o Sr. traz a esta Câmara um assunto que se prende com hipotéticos ou verificados atrasos no que concerne à implementação do SIRALA e perante, com certeza, uma "avalanche" de projectos que têm seguido a sua tramitação através das entidades competentes, de acordo com a legislação aprovada e que envolve sobretudo, e em primeira linha, os agentes económicos através das suas organizações. Certamente entendo a sua intervenção numa perspectiva de alerta.

Neste momento, não é do nosso conhecimento bem como do outro departamento governamental que tem à sua responsabilidade toda a componente da tramitação administrativa, e que se coloca logo a seguir ao Conselho Regional de Incentivos, neste caso a Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública - pelo menos as Câmaras de Comércio não nos têm feito sentir até ao momento - qualquer informação que pressuponha dificuldades que estejam a provocar embaraços às candidaturas dos senhores empresários.

Sabemos que numa fase inicial, quando os sistemas de incentivos são implementados e mercê de expectativas que estiveram a aguardar a implementação dos mesmos, há sempre uma normal tendência para um afluxo maior dessas mesmas candidaturas aos sistemas de incentivos.

Volto a repetir, não temos por parte do meu departamento e tanto quanto sei do departamento da Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública, conhecimento de que hajam significativos atrasos ou dificuldades levantadas pelas Câmaras de Comércio.

Contudo, e na parte que me diz respeito, tomei como boa nota as suas preocupações. Certamente que se algumas situações anómalas ou propostas de alteração de algum aspecto de natureza funcional forem colocadas, com certeza que serão devidamente ponderadas pelo Governo para as medidas rectificativas em relação ao sistema.

Penso ser importante informar esta Câmara que a aprovação dos projectos tem ocorrido a um ritmo normal. Numa primeira fase já foram aprovadas umas largas dezenas de projectos.

É óbvio que houve algumas sessões e assinaturas de contratos dos primeiros projectos, mas já tem decorrido a assinatura de outros tantos sem quaisquer cerimónias ou sessões públicas em relação ao subsistema SIRALA ou SIRAA.

Muito obrigado.

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia:

Quero agradecer os esclarecimentos que V. Exa. prestou à Câmara e também dizer que penso contactar com as próprias Câmaras de Comércio, no sentido de obter elementos mais pormenorizados sobre essa matéria.

Entendi que não o devia fazer sem colocar o assunto politicamente nesta Casa, porque, tal como referi, o Governo é que responde politicamente perante nós e não as Câmaras de Comércio ou outras quaisquer entidades envolvidas nesse processo.

Sob o nosso ponto de vista e relativamente às afirmações do Sr. Secretário, o único ponto de discordância na perspectiva do Partido Popular, mas julgo que é perfeitamente compreensível, é que as coisas não têm ocorrido ao ritmo normal, nem sobretudo ao ritmo desejável.

É este ponto de vista que nos traz aqui, embora reconheçamos que houve uma aderência significativa do empresariado regional a esses sistemas de incentivos.

Mas também é natural Sr. Secretário, tal como enquadrei na minha intervenção, uma vez que o aparelho empresarial desta Região está há mais de 2 anos sem sistema de incentivos, que haja um recurso intenso. De resto, a própria legislação previa retroactividade do próprio sistema, nomeadamente em relação a todos os empresários que tivessem investido durante o ano de 1994.

A própria legislação exigia aos empresários que tivessem investimentos realizados ou em curso que apresentassem as suas candidaturas até a um determinado limite de tempo. Segundo creio era um mês do ano de 1995.

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse porque o seu tempo está a esgotar.

O Orador: Já termino Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Isto é que é grave, porque se a própria lei e a administração impõem uma data para que as pessoas concorram, não percebemos que decorridos 7 ou 8 meses, a maioria dos processos não estejam apreciados.

É isto que me parece que é muito grave e é aqui que todos nós, administração pública num conceito mais geral e órgãos de governo próprio da Região, temos que fazer um esforço para corrigir esse estado de coisas, nomeadamente ajudando as Câmaras de Comércio, dando-lhe mais instrumentos, mais recursos humanos para que eles resolvam esse problema. Tal como ele se encontra, está francamente mal.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sociólogos, estudiosos, filósofos, atentos ao fenómeno social e perscrutando envolvências no dealbar de um novo século, apontam como um dos grandes perigos da nossa civilização a idade do ócio.

As críticas contra a sociedade industrial, pelos efeitos alienantes que o local de trabalho exerce sobre o indivíduo, poderão direccionar-se numa era pós-industrial ao ócio.

Se o homem vai continuar a ser alienado por causa de alguma coisa, será por causa do ócio e não do trabalho.

O grande drama do homem no ano 2020 será saber como gerir o seu ócio.

Esta é uma opinião fortalecida por muitos entendidos no fenómeno social.

Partindo do pressuposto de que o ócio em breve será o eixo central da existência, há que alinhar os meios que permitam a sua cobertura, de um modo construtivo e nunca alienante.

Neste contexto, surgem os hobbies, as viagens, as religiões, as pesquisas, a história, a tradição, os museus, etc., etc....

Por isso a conservação do património paisagístico, histórico, social e cultural de uma região atinge foros de prioridade quando se perspectivam, no futuro, mudanças tão radicais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este curto exórdio, embebido na reflexão e na constatação, visa chamar a atenção de todos nós — dos responsáveis, das pessoas que pensam e sentem para um legado precioso com uma forte componente histórico-social —, pois está a degradar-se sem que se vislumbrem soluções à vista.

Refiro-me aos barcos, lanchas e iates que uniram as ilhas dos Açores, com histórias fantásticas para contar, que lutaram bravamente com os adamastores e tormentas, com que este atlântico nos costuma brindar.

Aquando do aparecimento dos cruzeiros, saudei na tribuna da Assembleia Regional o salto qualitativo e o sopro de modernidade ao serviço dos utentes. Relembrando isso, porque isso é importante para a memória das gentes, a gesta heróica dos que arriscaram a vida para salvar vidas, as viagens temerárias com toques de campanha a

ritmo assustador, as entradas de alto risco em portos impraticáveis e o altruísmo sempre presente no sim aos outros, numa palavra, o sim à vida.

Os canais do mau tempo e do bom "alvúrio", foram palco de aventura, arrojo, arrebanho, heroísmo, suor, sangue e lágrimas. Foram tábua de salvação, iscado para a sobrevivência, estrada de desenvolvimento, réstia de esperança, cadinho de exímios mestres com saber de experiência feito, amplexo profundo entre as ilhas.

Agora, os novos barcos de ferro substituem os iates, é mister não esquecer o feito, o gesto e a gesta daqueles salva-vidas, das vidas vividas em ilhas, e, com louvor, aqui nesta Assembleia, local privilegiado, registamos os acontecimentos que marcam a vida do nosso povo.

Homens de têmpera e de sublime perspicácia uniram as ilhas em chalupas e iates, barcos de cabotagem e lanças de risco, único para o risco tremendo do mar.

Eles rezaram o mar nosso de cada dia e chamaram a esse mar irmão.

Com histórias trágico-marítimas à mistura, na memória das gentes ficaram ou ficarão nomes como os do mestre José Gaspar, o maior, o grande feiticeiro do mar, mestre João do Ribeirense, mestre Simão do mar do canal, os Tonins, mestre José Augusto das Flores, os homens da Graciosa e dos Pareces e tantos, tantos que da lei da morte se libertaram.

Parte do precioso legado já desapareceu, infelizmente, mas ainda há muito para resguardar, preservar e sobretudo mostrar. Há muitas histórias para contar por esse mundo fora. Quem viaja vê.

Mostram-se a turistas embevecidos os ferros que engomaram, as lamparinas que alumiam, as arcas que guardaram e os livros que ensinaram.

No meio do atlântico, em ilhas de sonho e de sofrimento, há coisas singulares que mais ninguém tem.

Custa ver apodrecer a "Calheta", ali, perante milhares de olhos dos que do alto dos cruzeiros a contemplam e nem conhecem a sua história ímpar.

E o "Terra Alta" a degradar-se de dia para dia.

E os barcos do Pico abandonados em moldes cooperativos.

Cada freguesia da fronteira tinha o seu barco. Ainda me lembro, além das lanchas de Lurdes das Lajes, o barco de São João, o barco de São Caetano, os dois barcos do Calhau, o Santo António, o Caridade, o Adasmator, o Picaroto, com grande história. É urgente salvaguardar e colocar portos estratégicos conotados com a faina e a gesta, o que resta de uma época da história de um povo.

O porto de São Miguel ou de Santa Maria, o Corvo ou das Flores, ou alguns portos do Grupo Central, custam dinheiro, é verdade. O valor deste resguardo poderá ser incalculável no futuro.

A museologia ligada ao turismo é importante e será fundamental na idade do ócio.

Os povos também valem pela sua história.

Nós temos história para sermos um grande povo.

Não matemos estes bocados que são os bocados da história do povo dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dois deputados do Pico já vieram a esta tribuna e saudaram a vitória do Lajense e a sua subida à III Divisão Regional.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Já estragaste tudo!

O Orador: Só que desta vez eu estou munido de um fax enviado no dia seguinte pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal das Lajes.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Quem sabe se foi do Ministro da República?!

O Orador: "Relativamente ao assunto..." - diz ele - "... em epígrafe, assunto que aliás estou certo que é do vosso perfeito conhecimento, trata-se de um acontecimento desportivo do mais alto relevo e que presumo deve constituir um só motivo de orgulho para todos os Picoenses, ao mesmo tempo, me parece trazer a todos nós maiores responsabilidades.

Naturalmente que a conquista deste lugar merece, desde logo, atenções redobradas, em geral de toda a sociedade Picoense e em particular de todas as forças vivas que maior poder interventivo poderão ter nesta matéria.

É por isso que me dirijo desde já aos nossos deputados da Ilha do Pico para que relevem..." - é o que eu estou a fazer - "... de forma significativa este acontecimento e sensibilizem a tutela governamental para todo o apoio que possa ser prestado ao

Clube Desportivo Lajense na criação dos meios técnicos e estruturas condignas com o lugar que lhe passou a pertencer no desporto nacional."

Faço-o com muito gosto, porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é indiferente a vitória do Lajense.

A vitória do Lajense desalinha o que está alinhado!

A vitória do Lajense importuna quem está descansado!

Deputado João Cunha (PSD): Não é bem assim!

O Orador: A vitória do Lajense altera as regras do jogo e isso traz-me imensa satisfação, ao mesmo tempo que me traz imensa preocupação.

O Lajense não tem campo para jogar numa III Divisão. Terá que andar 20 Km para poder disputar os seus jogos.

Deputado João Cunha (PSD): Isso é como "quem casa quer casa"!

O Orador: Mas mais do que isso, hoje, o desporto, mesmo amador, é uma indústria. Uma indústria de amizade e uma indústria turística.

Não é indiferente ao Pico virem de 15 em 15 dias 20 pessoas.

Não é indiferente pisarem o aeroporto, porque são números que crescem quando se diz que não se faz porque não há pessoas a viajar.

Não é indiferente que unidades hoteleiras recebam 20 pessoas de 15 em 15 dias em épocas difíceis. Não é indiferente!

O fenómeno desportivo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não é indiferente.

A preocupação de um deputado é estar atento àquilo que acontece e **pedir, exigir, gritar** e se preciso **chorar** para que as coisas se tenham e para que o progresso apareça.

Não é indiferente para mim, por exemplo, que uma freguesia pequena como a Candelária do Pico, que tem prestado à modalidade de hóquei em patins um grande contributo, ganhe o campeonato regional de juvenis de uma maneira clara. Não me é indiferente! Porquê?

Porque à Candelária do Pico virão — quem está habituado a ver aviões despejar gente todos os dias não liga a estas coisas, mas quem não está precisa delas — o Benfica, o Futebol Clube do Porto, o Marítimo da Madeira, o Azeitonense que trarão jovens que verão os Açores, verão a ilha e dirão aos outros o que ela é, que

transmitirão a mensagem e que vão estar ali e viverão com os outros. Isto não me é indiferente. Para mim isso é muito importante e fundamental e **agora vem a minha obrigação de deputado**, ou seja, dizer ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que o Pavilhão a construir na Madalena tem que ter um piso que propicie a prática do hóquei em patins, porque estas coisas não podem ser feitas de maneira **standarizada**, o que infelizmente aconteceu.

"Para ti tem isto e para os outros é assim!"

Não senhor, uma autonomia descentralizada e descentralizadora respeita integralmente as capacidades, as características, as singularidades e as apetências de cada ilha.

O fenómeno desportivo não me é indiferente, é importante e é fundamental porque ele contribui para o progresso e para o desenvolvimento da ilha que eu aqui represento.

Afinal, estas coisas estão ligadas, são progresso.

É um património que existe, que é importante, fundamental e singular.

Muita gente não o viveu, mas há muita gente que o viveu, que o sentiu e que o percebeu.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós todos temos uma memória celular que fixa algumas coisas e esquece outras.

Há coisas que nos marcam para sempre.

Há 30 anos — fez no dia 5 de Fevereiro 30 anos —, um médico, que já lá vai, e que se chamava José Prodêncio Teles, bateu à porta da minha casa, a um quarto para as duas da manhã, para ver se eu podia ir com o meu carro ao Porto do Calhau, rapidamente, para alumiar com os faróis uma lancha que vinha buscar uma criança que, se durante duas horas e meia não chegasse ao Faial, morreria de certeza com tétano.

A lancha não podia ir à Prainha porque não dava tempo.

E eu fui com os faróis do meu carro alumiar essa lancha.

Era a "Calheta".

Nela vinha um homem de barba exulta e de calças arregaçadas. Era o Simão.

Por uma nesga, meteu-se a criança e o pai dentro da lancha e ela lá foi.

Na subida, ele disse-me "eu não acredito e tenho muitas dúvidas, mas se tudo correr bem, fizeram-se hoje três milagres. Primeiro, o milagre do homem que disse que sim para vir aqui, que não era obrigado a fazê-lo, até talvez não devia ter vindo; segundo, se ele chegar lá; e terceiro, se a criança se salvar."

Os três milagres fizeram-se.

Eu compreendo que há pessoas que não viveram isto, que não sentiram, mas há milhares de pessoas que viveram e que sentiram.

É em nome dessas pessoas que viveram e que sentiram que eu gostaria de alertar as pessoas para que aquele património inolvidável ficasse seguro. Gostaria de ver muita gente à volta daquela lancha e alguém a explicar o que foi de facto a história de um povo na travessia dos canais.

Finalmente, gostaria de dizer, também associado a este progresso, a este turismo, a esta vivência, que o desporto tem o seu lugar. É preciso saber interpretá-lo, saber vivê-lo, porque ele é fundamental.

(Aplausos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria associar-me gostosamente a esta intervenção, com excepção à euforia do Sr. Deputado Manuel Serpa pela vitória do Lagense, como é óbvio. Eu pertenço a um clube diferente Sr. Deputado, o Clube Micaelense, que fez muitos sacrifícios para ter uma pequena instalação desportiva, mas queria dizer a V. Exa. que subscrevo inteiramente aquilo que referiu quando falou em preservar a memória.

Muito rapidamente queria recordar que foi aqui nesta Casa, salvo erro na III Legislatura, que tive ocasião de fazer uma intervenção, perante o escândalo e surpresa de algumas pessoas, acompanhada de um Voto de Saudação aos homens destas lanchas, os quais aprendi a respeitar e a admirar desde muitos anos, porque salvaram muitas vidas tal como disse e muito bem, e, acima de tudo, fizeram grandes pontes marítimas entre estas ilhas do Grupo Central.

Queria associar-me a V. Exa. por aquilo que disse e juntar a minha voz à sua no apelo ao Governo, para que estes bocados da nossa memória fiquem preservados para as novas gerações como uma referência da história do nosso povo.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por várias vezes a problemática da droga e da SIDA tem sido tratada nesta tribuna.

Aqui, têm sido proferidas palavras dramáticas, feitos diagnósticos, expressos alertas contra tão graves sintomas de uma sociedade que parece não querer proteger aquilo que tem de mais valioso: a sua juventude.

Ainda esta semana, no decorrer da presente sessão legislativa, a Comissão de Juventude e de Assuntos Sociais, num muito bem elaborado relatório, que, permitam-me o desabafo, passou quase indiferente no plenário da Assembleia Legislativa dos Açores, considera a SIDA "um dos problemas mais preocupantes, a nível mundial, no campo de saúde pública, dadas as suas consequências sociais, psicológicas e económicas que afectam, não só o paciente como também o seu agregado familiar e a comunidade em que se insere, e verificando-se a urgência em serem tomadas medidas conducentes, por um lado, à prestação dos cuidados de saúde indispensáveis e por outro, à promoção de informação e formação adequada que fomente atitudes, comportamentos e estilos de vida contrários à segurança social e, acima de tudo, mais de acordo com uma auto-estima e uma preservação dos valores morais, éticos, culturais e sociais, que não podem ser escamoteados, dada a sua universalidade e perenidade". (fim de citação)

Sr. Presidente, Srs Deputados:

Ainda recentemente, num programa televisivo de âmbito nacional, o antigo Presidente da Comissão Nacional da Luta contra a Sida, insistia, por diversas vezes, na necessidade de se encarar a SIDA como um problema de saúde pública. E enfatizava esse ponto, como estratégia basilar para que se inicie programas de educação, informação e tratamento, desde os bancos dos estabelecimentos de ensino e até, porque não, com a prestimosa colaboração de organismos de solidariedade social.

Foi dentro desse espírito que fiz, há dias, uma intervenção pública, que motivou reacções positivas por parte de alguns profissionais de saúde.

Sem mais rodeios, entendo que o grave problema do aumento do SIDA na Região Autónoma, se deve inserir no âmbito de um caso grave de saúde pública.

Analisemos, sem grande esforço, a questão.

No Mundo, em Portugal e nos Açores, o número de infectados pelo vírus aumenta a um nível preocupante.

A doença não se apanha pelo ar que se respira, pela alimentação que se ingere ou pelos contactos superficiais que se mantêm.

A sua transmissão e propagação tem caminhos determinados e derivam de atitudes específicas de cada ser humano, exceptuando-se, como é óbvio, as que se relacionam com actos médicos.

Com todo o respeito que nutro pela pessoa humana, não se entende que um (ou uma), portador do vírus, continue impunemente a fazer um vida normalíssima no meio dos seus concidadãos, doando o HIV a torto e a direito, gozando da boa fé das protecções oficiais e privadas, abusando, miseravelmente, da compreensão e da comiseração que se instalou no seio das comunidades.

Conhecemos casos, já detectados por clínicos, de pessoas portadoras do vírus que não se coíbem de manter relações sexuais indiferenciadas e que, recentemente, alguns deles uniam os seus destinos a jovens que ignoram a doença do parceiro.

Os médicos, obrigados ao sigilo deontológico, nada podem fazer e a legislação, nestes casos, não exige a identificação do indivíduo; pelo contrário, protege essa desgraça pessoal que gradualmente se torna colectiva.

Em termos práticos e muito claros, isso significa que um seropositivo, antes de atingir a fase terminal, pode perfeitamente, e com a maior facilidade, ir distribuindo o vírus por quem muito bem lhe apetece, levando a morte aos que, de boa fé, lhes sacia os apetites sexuais ou compartilha o vício da droga.

Se as doenças infecto-contagiosas têm procedimentos próprios (veja-se, por exemplo, o caso da tuberculose, hepatite B, etc.), não se entende que o combate à SIDA se fique pelas campanhas do uso do preservativo, voador ou não, pela quebra total de tabús que, neste caso, colide directamente com a saúde pública.

Se a um doente do estômago, dos intestinos ou do coração se proibem certos alimentos e se preconizam determinados condicionalismos físicos, os que sofrem da SIDA não devem ser deixados ao "Deus dará", com toda a eventual repercussão negativa que uma má formação moral inevitavelmente fará colidir com o interesse colectivo.

A ausência de medidas de fundo, inerentes ao combate desta doença de características infecto-contagiosas, só vai permitir o seu alastramento, com as consequências nefastas já implementadas na nossa comunidade.

Ataque-se o flagelo de frente. Apliquem-se os procedimentos médicos que a gravidade da doença já exige. E depois que venham os "abraços", a solidariedade, os preservativos, as medidas que atenuem a solidão e o terror dos infectados.

Rejeito, na sequência do que atrás escrevi, qualquer acusação imbecil de marginalização dos seropositivos. São pessoas que respeito, porque vítimas de atitudes normais, decorrentes da condição de seres humanos.

O que defendo e sublinho é a implementação de procedimentos clínicos perante uma doença que alastra, que é infecto-contagiosa nos parâmetros em que se propaga e que se insere já no âmbito muito preciso do conceito de saúde pública.

Isto meus senhores...

Até que se descubra a vacina...

Muito Obrigado!

(Aplausos das bancadas do PSD, Governo e PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

José Martí, o libertador de Cuba contra o colonizador espanhol, teve esta frase lapidar num dos seus discursos pela independência do seu Povo - ser culto para ser livre.

Estas palavras que têm mais de um século, continuam a ser de uma actualidade sempre viva e continuam a traduzir um sentido humanista e universalista da política.

Podemos dizer com toda a propriedade que cultura e liberdade são palavras sinónimas. Mais ainda, podemos dizer até que a liberdade não existe aonde não existe cultura.

Porque é pela cultura que se atinge a verdadeira liberdade. A liberdade do saber, a liberdade de escolher, a liberdade de decidir.

Um povo livre é aquele que sabe dizer, tal como diz José Régio no seu poema, " sei que não vou por aí ". Porque tem na sua mão o saber para poder optar, porque tem na sua mão o poder de decidir o seu caminho, e tem na sua mão ainda o poder para depois dispor do seu futuro.

A grande arma da liberdade nunca foram as espingardas. A grande arma da liberdade foi e será sempre a cultura.

Quem não entender esta verdade perderá irremediavelmente a batalha do futuro.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vem isto tudo a propósito do facto de o Governo Regional ao longo destes 20 anos de governação nunca ter definido e pensa ser posto em prática uma verdadeira política cultural numa Região que é culturalmente carecida.

Nestes últimos vinte anos muito pouco ou quase nada se tem feito pela cultura do povo destas ilhas.

Temos uma Secretaria Regional de Educação e Cultura cujos titulares ao longo dos anos foram apenas administradores da educação descurando quase completamente a cultura.

Uma ou outra manifestação isolada, sem critério e sem qualquer perspectiva de continuidade, não chega para desculpar esta falta inqualificável.

Atribuir prémios literários não chega só por si para a divulgação da literatura.

Publicar obras de autores açorianos sem se procurar de seguida dar a devida divulgação a esses mesmos autores junto do público, também não chega.

Realizar esporadicamente bienais de arte não chega igualmente para a divulgação da pintura.

Mas se os anteriores governos desta Região primaram pelo esquecimento da cultura, este Governo também não lhes fica atrás e vem seguindo as mesmas pisadas pois

pouco ou nada se tem feito neste domínio para melhorar o acesso das nossas gentes à cultura.

A Secretaria Regional de Educação e Cultura nestes últimos vinte anos tem sido mais uma Secretaria de Educação do que uma Secretaria de Cultura, funcionando mais como simples pagadora de professores e colocando em plano muito secundário a promoção cultural que lhe competiria fazer como era e é sua obrigação.

É evidente que o actual titular desta Secretaria não pode ser responsabilizado por este quase deserto cultural que tem sido a nossa Região nestas duas dezenas de anos.

Mas também algumas críticas neste domínio terão de ser feitas e lhe devem ser feitas. Desde logo a exiguidade das verbas destinadas à cultura e constantes do Orçamento para 1996.

E para não me alongar demasiado, apenas irei referir três situações.

Numa Região e numa Ilha que apresenta um dos mais baixos índices de leitura do País, não podemos perceber porque é que no Orçamento para o corrente ano da Biblioteca Pública de Ponta Delgada, que ainda por cima deixou de receber parte do depósito legal de publicações, pelo que presentemente é obrigada a adquirir todos os livros, periódicos e suportes videográficos para enriquecer o seu património bibliográfico, apenas tem orçamentada para este efeito uma verba irrisória de 4.000 contos.

Se pensarmos que a principal Biblioteca de S. Miguel tem de assinar Diários da República, revistas e jornais, tem de adquirir suportes vídeo, enciclopédias, etc, pouco lhe resta com esta verba para poder adquirir aquilo que de mais importante se vai publicando no domínio da literatura.

Igualmente grave é o facto de, desde 1987, data em que foi criado o "Projecto da Rede de Leitura Pública" através do Dec. Lei nº 71/87, de 11 de Fevereiro, nada se ter feito na Região com vista à sua aplicação.

Este projecto que tem por grande objectivo a democratização da leitura e que visa estender o gosto pelo livro às populações mais afastadas dos centros urbanos, continua a ser letra morta nos Açores.

O mesmo se diga quanto ao "Programa das Bibliotecas Escolares"; também nos custa a entender porque é que este programa que tão bons resultados está a dar nas Escolas Secundárias do Continente, ainda nem sequer teve início nesta Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mas se é preciso criticar aquilo que consideramos errado, também é nossa obrigação referenciar o trabalho bem feito e positivo.

E trabalho bem feito é o que está a ser feito no apoio à dramatização e no domínio da educação musical.

O apoio dado neste último domínio pela Secretaria Regional de Educação e Cultura às escolas tem funcionado e tem permitido contribuir para criar nos jovens o gosto pela música.

Mas simultaneamente, é preciso não esquecer o trabalho que nesta mesma área e em muitas freguesias desta Região vem sendo desenvolvido pelas Associações Filarmónicas.

Ao longo dos anos as Filarmónicas têm sido verdadeiras escolas de música, verdadeiros centros de aprendizagem cultural e muito têm contribuído para a formação musical de gerações sucessivas de açorianos.

Ainda há bem poucos dias tive a oportunidade de visitar duas dessas escolas na ilha Graciosa e pude constatar o empenho e o gosto de todos aqueles jovens que lá se encontravam na aprendizagem da arte musical.

Rendo aqui a minha homenagem a todos esses rapazes e raparigas que nas ilhas e nas nossas freguesias, utilizam os seus tempos livres dedicando as suas horas de lazer à aprendizagem desta arte.

Rendo ainda a minha homenagem às Filarmónicas dos Açores e aos seus responsáveis, os quais têm contribuído de forma inestimável para a divulgação da arte musical.

Temos de reconhecer que as Filarmónicas dos Açores têm sido verdadeiras escolas de música, formando e criando por estas ilhas fora o gosto por esta forma de arte.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vivemos isolados por um acidente da geografia.

Este mar que nos separa de nós próprios e do mundo é ao mesmo tempo a nossa bênção e inspiração mas também a nossa maldição.

Um dos caminhos e talvez um dos mais importantes para vencermos esta barreira do mar e do isolamento é o caminho da cultura.

Era bom que este Governo em fim de mandato e o novo Governo que surgir depois das próximas eleições, se não esqueça e não descure a política da cultura, verdadeiro e único caminho para a riqueza e promoção humana destas ilhas.

Só pela cultura, tal como já aconteceu no passado, conseguiremos ultrapassar as barreiras da geografia.

Parafraseando Manuel Alegre diria - a alma desta Região pode ser maior do que seu tamanho - e terminando, eu próprio acrescentaria: se todos nós o quisermos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Permita-me Sr. Deputado, com todo o respeito que costumo ter por aquilo que escreve e por concordar com algumas das ideias que aqui extrapolou em relação à cultura enquanto fenómeno que torna o homem mais homem, que discorde em relação a alguns pontos que considero fundamentais e em deixar aqui um registo que contraponha aquilo que V. Exa. vinculou aqui na Câmara, porque não será mais do que repor a justiça por parte de uns quantos conterrâneos nossos que têm dado o seu melhor em áreas que, na sequência da sua intervenção, ficam como se nada se estivesse a fazer nesses campos.

Refiro-me concretamente ao trabalho notável que se tem vindo a fazer nos nossos estabelecimentos de ensino, desde o básico até ao secundário, em defesa dessa mesma cultura que aqui falou.

Não é só com bienais, com concertos de música popular erudita, com apoios das filarmónicas e dos mais variados agrupamentos ou com o teatro que se defende a cultura. Ela defende-se fundamentalmente junto dos jovens, dos nossos alunos.

Eles, junto com os seus professores de todos níveis, têm feito nos seus estabelecimentos de ensino, nomeadamente na área escola, algo que é bom em qualquer parte.

Seria injusto da nossa parte deixar passar escamoteado um sector que, na minha opinião, é muito importante.

Igualmente nas nossas bibliotecas tem vindo a ser feito um grande esforço para motivar a leitura, porque muito do insucesso escolar que se verifica decorre também da pouca leitura, um hábito tão bom que se foi perdendo. Eu não podia deixar passar isto em branco.

Bem recentemente, em visitas de responsáveis nacionais, foi destacada a frequência acima da média que tem uma boa parte das nossas bibliotecas, ao contrário do que acontece em muitas boas escolas do Continente.

Temos trabalhos a nível de jornais escolares, feitos nas bibliotecas por professores, que têm reduções ou o fazem gratuitamente por gostarem de trabalhar com os alunos neste sector tão importante que atesta bem que algo de bom se vai fazendo na Região a esse respeito.

Mesmo em São Miguel, mais precisamente em Ponta Delgada onde V. Exa. reside, há escolas a nível do 2.º ciclo do básico onde os trabalhos feitos pelos alunos nas bibliotecas é algo que pode ser apontado como um bom exemplo. Estou a lembrar-me da escola Canto da Maia, Roberto Ivens, etc..

Apenas esta reposição que gostaria de deixar aqui.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente a intervenção do Sr. Deputado Silva Melo e, como Presidente de uma das nossas filarmónicas, não poderia ficar indiferente à homenagem prestada por V. Exa. às filarmónicas da nossa Região.

As nossas filarmónicas são, sem sombra de dúvida, um dos aspectos culturais que estão enraizados em todas as ilhas da nossa Região Autónoma há muitos anos e que foi levado pelos nossos emigrantes para outras paragens desta já chamada aldeia global.

As filarmónicas da minha ilha que totalizam o número de 4, após um certo período obscuro dado os vários inimigos que possuem, dos quais dou como exemplo a televisão, parecem agora quererem animar-se e voltar a ter o protagonismo que outrora tiveram.

Não há dúvida que ser-se músico de uma qualquer banda da nossa Região é difícil, dado os diversos chamamentos que hoje esses executantes têm.

Ser-se maestro de uma banda é mais difícil ainda, dado que obriga a ter-se conhecimentos musicais capazes de serem ministrados e absorvidos pelos executantes das nossas filarmónicas.

Os tempos são difíceis também, porque os directores a troco de nada, muitas vezes, para além de outros sacrifícios que me escuso de enumerar, têm de convencer quer executantes quer maestros.

Por isso, peço às nossas autoridades que nunca abandonem nem deixem de colocar as nossas bandas em linha de conta, porque elas são uma constante nos momentos de festa e até de dor das nossas comunidades.

Aqui fica a minha homenagem e a homenagem do Partido Social Democrata a todos os que, desinteressadamente, são músicos, maestros e directores das bandas civis do nosso arquipélago.

Presidente: Srs. Deputados informo que o Período das Intervenções de Interesse Político Relevante foi prorrogado a pedido do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve anotação às palavras do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

É evidente que ao fazer-se uma crítica não se está a dizer que ao longo destes 20 anos nada foi feito.

Já agora, reportando-me ao aspecto em concreto que V. Exa. salientou no que se refere ao apoio dado às escolas do ensino básico, em relação à Ilha de São Miguel, muitas vezes espanta-me ver alunos do secundário, sobretudo 10.º e 11.º anos, que têm um desconhecimento absoluto de literatura portuguesa e muitas vezes não sabem

quem é Alexandre Herculano ou Júlio Dinis. Na minha opinião, alguma coisa está a falhar nesse apoio ao gosto pela leitura, sobretudo quando se atinge uma idade, na casa dos 15 e 16 anos, que a partir daí esse gosto deve ser incentivado, não só pela literatura açoriana e portuguesa como também pela literatura universal. Aí, eu vejo que há uma total falta de apoio ou de desenvolvimento desse gosto pela leitura.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, queria trazer à nossa reflexão duas ou três questões.

O Sr. Deputado falou naquilo que é feito nas escolas do ensino básico e secundário.

Aproveito para prestar a minha sincera homenagem a todos os professores e educadores que fazem da sua profissão o exercício de uma função fundamental aos nossos jovens nesta Região, porque eles têm de cumprir os currículos e os programas dos alunos e, infelizmente, em 20 anos de autonomia, ainda não houve a coragem para se dizer que nesta Região não há capacidade para se alterar uma vírgula de um currículo ou de um programa, nem houve a coragem para se dizer que é necessário, é **imprescindível** que as escolas dos Açores, bem como as da Madeira, tenham condições para ter currículos e programas regionais.

Há outros países da Comunidade Económica Europeia que, desde há muito, criaram currículos e programas regionais e eles não são impeditivos de uma avaliação de âmbito nacional. Se temos dúvidas basta olhar para os nossos irmãos espanhóis que já têm nos programas dos ensinos básico e secundário 55% de âmbito nacional e 45% no âmbito das regiões. Há provas nacionais só sobre os 55% que são de âmbito nacional.

Infelizmente, só resta aos educadores e professores da Região Autónoma dos Açores a área escola para nela desenvolverem a **nossa** cultura — nossa, com letra maiúscula.

Infelizmente, não é possível muitas vezes a essas escolas darem mais e melhor, porque os meios que lhes são atribuídos, desde logo os meios financeiros, não chegam para algumas dessas situações.

É verificar com mágoa e dor que normalmente, e sobretudo no 1.º ciclo, as senhoras professoras dizem " não sou casada com um funcionário público, o meu marido não trabalha num banco, ou seja, não tenho à minha disposição uma fotocopiadora que me permita um trabalho mais simples".

Infelizmente não foi possível ainda, mas acredito que será, chegarmos à época do fax, já que estamos no telemóvel, e que essa não seja ainda a realidade das escolas, mas ao menos que a fotocopiadora seja possível, sobretudo, quando penso no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e jardins de infância, seja possível que em cada concelho desta Região haja uma "maquineta" dessas que esteja ao serviço dos professores, das escolas e principalmente e acima de tudo, ao serviço dos alunos para que eles possam ter acesso àquelas condições mínimas que permitem conhecer muito daquilo que não é possível fazer-se só com a boa vontade dos professores.

Repito: presto a minha homenagem a estes, não esquecendo naturalmente, como dizia o Sr. Deputado da Graciosa, o muito que é feito pelas bandas desta Região, porque também já tive o gosto de ter na minha sala de aula, os músicos da minha freguesia a darem uma aula aos meus alunos, mas devo dizer com toda a franqueza que o sistema não permitia algumas dessas veleidades.

É necessário dar mais autonomia às escolas, mais autonomia aos professores, menos rigidez de circulares, decretos, portarias e todos os outros diplomas que muitas vezes coíbem ou impedem algumas iniciativas, a não ser fora — e repito — do horário normal da escola, currículo e programa dos alunos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

Mais uma vez comungo consigo a preocupação em relação ao pouco conhecimento que alguns jovens das nossas escolas têm, principalmente ao nível do ensino secundário, e que no nosso tempo eram conhecimentos básicos ou fundamentais da nossa cultura.

Isso deve-se em parte, como deve saber, aos actuais programas e currículos, às exigências e até aos próprios agrupamentos em que jovens se inscrevem.

Hoje não há as exigências que havia no nosso tempo, mas há outras. De facto, isso tem levado a descurar alguns aspectos que levam a esse não saber que tanto nos confrange em concursos, ou noutras situações, em que quando se perguntam coisas que eram banais no nosso tempo qualquer cidadão saber, hoje não sabem.

Também é justo dizer-se que os nossos jovens aprendem outras coisas que nós não aprendemos e são bons alunos noutras áreas as quais são mais importantes para eles e para os desafios que o futuro põe-lhes pela frente.

No nosso tempo, perdíamos muitas horas a memorizar coisas que de facto, também não eram muito importantes, não eram totalmente irrelevantes.

Sr. Deputado Francisco Sousa, eu não estou a dizer nada que não seja do seu conhecimento, mas gostaria de reafirmar uma vez mais nesta Câmara que ter programas e currículo próprios passa por se alterar uma coisa que se chama Lei da Transferência de Competências.

Uma vez alterada essa mesma lei, será possível efectivamente ter uma acção mais alargada nesse âmbito, aquela que foi até agora dada como possível à Região, numa área onde não podendo-se ter programas e currículos próprios, a única coisa que nos resta fazer e que foi feito durante bastante tempo e ultimamente muito mais que nos anos anteriores, é fornecer materiais e procurar ter unidades nas diferentes disciplinas que versem assuntos ou matérias que são do interesse específico.

Basta lembrar muitas coisas que surgiram nos últimos tempos como as pastas pedagógicas, os videogramas, os concursos de contos e cantos, as colecções de cromos, as bandas desenhadas, etc., etc., que conseguiram granjear o apoio das nossas escolas e dos nossos alunos que tanto se motivaram na produção de todos esses meios e onde não se fez mais do que efectivamente pôr ao de cima os nossos valores, a nossa cultura e as coisas que precisam ser incutidas nos jovens para que tenham gosto por elas desde a mais tenra idade.

Isso foi um sucesso e foi feito com os meios e as dificuldades que se têm, com a ausência de outros elementos que deveriam ter, mas não é possível chegar a tanto com tão pouco.

Eu tenho 3 filhos na rede e tal como alguns pais, eu começo a sentir algo que já venho a falar há algum tempo, ou seja, uma aflicção, porque compram-se livros muitos

caros e por vezes chega-se ao fim do ano e apenas foram consultadas 2 ou 3 páginas desse livro. Portanto, passa-se um ano na "fotocópia aguda". É preciso combater isso, porque as fotocópias depois andam todas espalhadas lá em casa, amarrotadas e nunca se sabe onde é que estão; é uma inquietação. Isto é algo que é preciso ter algum bom senso, embora concorde plenamente consigo, sendo o primeiro a aplaudir de pé, quando houver hipótese de dotar as nossas escolas do 1.º ciclo com alguns meios que hoje são indispensáveis como as fotocopiadoras para permitir aos professores utilizarem com conta, peso e medida, mais essa estratégia de ensino.

O viável até agora, e nem sempre funciona, porque o senhor sabe tão bem quanto eu que nem sempre se consegue gerar sinergias por parte dos professores que trabalham na escola, foram as fotocopiadoras industriais e os "copy printer" que foram instalados nas delegações e direcções escolares.

Nem todos têm o mesmo comportamento, nem todos conseguem reunir a mesma boa vontade de produzir materiais conjuntos que possam ser rentáveis num meio de produção moderno como o "copy printer". Também sabemos que nas nossas direcções e delegações escolares nem sempre há por vezes, a abertura e a disponibilidade que tanto gostaríamos que existisse por parte de todos.

Sendo assim, temos que distribuir as culpas um pouquinho por toda a parte.

Muito obrigado.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Este esclarecimento dirige-se sobretudo aos Membros do Governo e de uma forma muito especial a todos os grupos parlamentares.

Esperamos todos que decorra em breve uma revisão da Constituição da República Portuguesa e também do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Faço votos para que todos nesta Casa e na Assembleia da República, tenham coragem — já não digo a ousadia, porque não é preciso — de aceitar que com o movimento da

regionalização que se vai fazer criar e o modelo de autonomia que já tem 20 anos, para alterar questões que considerámos durante 20 anos intocáveis.

Não é intocável o currículo e o programa dos alunos desde a sua entrada até à sua saída da escola.

Todos podemos e devemos defender que cada um conheça minimamente a sua terra. Para isso é necessário que haja espaço no horário lectivo dos alunos, no currículo e no programa.

Sei que é difícil e complicado, mas bater-me-ei para que nos próximos anos haja esta coragem, porque se não daqui a dias todos seremos portugueses, muitos poucos seremos açorianos, madeirenses, algarvios, beirões ou transmontanos, porque cada vez mais estamos a pensar na aldeia global que somos, esquecendo a aldeia real que somos no dia a dia.

Sei que é difícil, mas temos que ter essa coragem.

Sei que poderá parecer quase impossível ouvir isto da minha boca nesta Casa...

Deputado Jorge Cabral (PSD): É, é!

O Orador: Não, não é!

Não tenho dúvida nenhuma, porque a minha experiência ao longo destes últimos 20 anos, dedicados à política numa determinada vertente, permitiram-me com toda a consciência e segurança dizer que não faz sentido que só tenhamos em Portugal um só currículo, um só programa.

Em relação às nossas questões menores, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, estou de acordo consigo. A Secretaria fez um esforço, pôs algum equipamento em material nas delegações escolares.

As pessoas que para lá destacou ou que colocou em comissão de serviço, não souberam, inclusivamente, cumprir com as instruções que lhe eram dadas. Nem a Secretaria soube impor aquilo que essas pessoas deveriam ter feito.

É pena que não se tenham criado Centros de Apoio Pedagógico a nível concelhio.

É pena que a nível dos concelhos da nossa Região ainda hoje haja serviços de costas voltadas uns para os outros, como sejam o Sr. Delegado Escolar com as equipas de educação especial; como sejam os professores de apoio às expressões aos professores

de apoio à educação moral e religiosa; como sejam o Centro de Apoio Tecnológico Educativo (CATE), ou outras quaisquer estruturas que se criaram nesta Região.

É urgente sentar todas estas pessoas à mesa e dizer que estamos todos, mas todos, empenhados no mesmo caminho, na mesma situação, na mesma resolução de problemas.

É aqui que eu diria que as "copy printer" falharam, porque as pessoas não perceberam que eram para todas.

Infelizmente, lado a lado, separados apenas por uma porta, encontramos serviços da Secretaria Regional da Educação e Cultura onde a simples funcionária de limpeza não limpa o quatinho do lado porque este pertence à Educação Permanente, porque se pertencesse à senhora delegada escolar limpava. Ou porque pertence à equipa ou porque o aluno que é apoiado pela equipa não é aluno da escola, então já se pode dar ao luxo — a senhora auxiliar de acção educativa — de deixar partir a loiça, porque ele não é aluno da nossa escola.

Infelizmente, digo, este é um dos espíritos que é necessário fazer chegar desde o Corvo até Santa Maria. É necessário que todos tenhamos consciência disto.

Sei que muitos dos dirigentes que estiveram na Secretaria o tentaram.

Sei que se exige a quem venha a seguir que faça um esforço maior neste sentido de coordenação e cooperação entre todos. Este **todos**, vai desde o pessoal auxiliar administrativo, ao pessoal dirigente, aos pais que infelizmente continuam a não estar nas escolas e também em muitos casos à comunidade.

Disse.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco Sousa:

Estamos de acordo em algo essencial que V. Exa. aqui focou, isto é, nem sempre se consegue fazer passar em tempo oportuno a toda a cadeia, aquilo que foi concebido e preparado com a melhor das intenções.

Convenhamos também que seria exigir muito em querer em pouco tempo, fazer algo que foi enraizado durante muitos e muitos anos de capelinhas e de feudos que se

procurou e vai-se continuar a procurar acabar, tentando que haja essa abertura de espírito, essa união de esforços, esse aproveitar de sinergias que são fundamentais para uma mais correcta e adequada racionalização dos meios e pessoal ao dispor, numa área tão vital como esta da educação e da cultura.

Também faço votos, para que o novo Governo da República que por enquanto se tem ficado pelo lançamento de livros brancos, em reflexões, em pactos educativos e que ainda não começou a produzir aquilo que seria a resposta natural de quem tem uma paixão tão grande pela educação, corresponda a estes anseios que são comuns aos seus e aos meus, ou seja, ver contempladas algumas coisas que estamos de acordo e que são fundamentais para esta educação que é necessária para a viragem do século.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Aurélio da Fonseca frisou há pouco que a deficiência que eu tinha apontado do fraco conhecimento de autores da literatura portuguesa se devia aos currículos. V. Exa. não deixa de ter uma certa razão, por isso é que eu disse que havia toda a necessidade de implementação do programa das bibliotecas escolares para o ensino secundário como forma de obviar, precisamente, essa deficiência dos currículos.

Por outro lado, e do que percebi da sua intervenção, V. Exa. terá dito que talvez interessasse mais aos alunos o currículo das carreiras técnicas do que propriamente o conhecimento da literatura ou da cultura em geral.

Se isso é verdade, eu tenho pena que assim seja, porque estaremos a formar legiões de licenciados que são meros técnicos com nenhum conhecimento da cultura e estaremos a contribuir para uma sociedade mais desumanizada e com menos possibilidades de amanhã poder ter uma intervenção dentro de uma forma de humanizar a nossa sociedade.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Aurélio da Fonseca:

Pedi a palavra para dizer com muito gosto que a educação é uma paixão do Governo da República.

Posso dizer com toda a fraqueza que estive muitos anos a lutar numa estrutura sindical, ou em várias estruturas sindicais, por questões que infelizmente um senhor que também era professor, nunca percebeu e, infelizmente porque não percebia, acabou por escolher para Ministro da Educação pessoas que tinham a ver com orçamentos e não tinham rigorosamente nada a ver com a educação.

Não é que seja obrigatório, mas era imprescindível que tivesse escolhido pessoas que tivessem pelo menos paixão pela educação no Ministério da Educação.

Programas como sejam os das bibliotecas por tudo o quanto é País, é uma questão fundamental para se conseguir ter sucesso escolar.

Quanto à questão da criação de uma rede do ensino pré-escolar autárquico no continente, eu próprio estive em vários locais onde a sala já estava feita, já estava degradada e não se criou o lugar da educação pré-escolar porque o senhor ou a senhora Ministra da Educação entendiam que não era imprescindível.

É com muito orgulho e com muita honra que pertenço ao partido político que tendo chegado ao poder, uma das primeiras decisões que tomou foi a criação de 779 vagas de jardins de infância na rede autárquica, cujos edifícios já estavam construídos e desde há anos os autarcas, independentemente do seu partido, estavam todos desejosos que começassem a funcionar.

Se não tivesse mais nenhuma razão teria esta para dizer: bem hajam, porque fizeram em meia dúzia de meses aquilo que outros durante meia dúzia de anos se recusaram permanentemente a fazer.

Se não tivesse ainda medidas suficientes, dir-lhe-ia que o Ministro da Educação há poucos dias anunciou em Castelo Branco que já estava decidido pelo Ministério da Educação que as turmas do 1.º ciclo do ensino básico seriam entre os 15 e 20 alunos.

Toda a gente sabe que um dos motivos de insucesso do 1.º ciclo são um número elevado de alunos por turma independentemente de eu saber pelas estatística que na Região Autónoma dos Açores o número de alunos é 15.2 por professor. Mas é a velha história do frango se o Dr. Aurélio da Fonseca comer um frango e eu não comer nenhum, cada um comeu meio frango... mas eu não comi nenhum!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Ou ao contrário!

O Orador: Ao contrário não!

(Risos da bancada do PSD)

Se não tivesse mais nenhuma razão, tinha a decisão tomada e já anunciada de que haverá formação para os professores do ensino básico no que diz respeito à integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

Espero bem que Portugal saiba fazer aquilo que, por exemplo, os franceses fizeram já na década de 70 e princípios de 80, ou seja, obrigaram todos os professores a ter formação nesta área.

Se não tivesse mais razões — mas tenho, poder-lhe-ia dizer outras, inclusivamente um acordo assinado na passada semana por uma federação sindical à qual presido — diria que valeu a pena ter votado PS, ter feito campanha pelo Partido Socialista e hoje ter um Primeiro Ministro chamado António Guterres.

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Deputado Silva Melo:

Como é óbvio, eu não quis dizer que não considero importante o lado referente ao conhecimento da língua e da literatura. Julgo que não se pode inferir isso daquilo que eu disse.

O que procurei dizer, talvez não o tenha feito de forma a que a ideia ficasse bem perceptível, é que hoje, com tanta primazia, tanta informação e tanta solicitação na área da ciência, da tecnologia, com tantos desafios nessa vertente, é natural que os jovens se inclinem mais para aí, embora esteja plenamente de acordo consigo em relação à necessidade de haver um maior equilíbrio.

Esse equilíbrio consegue-se nos agrupamentos que estão mais ligados ao lado humanístico. Nos outros, não é fácil só através da boa vontade, do entusiasmo e do interesse que alguns professores — felizmente têm-los — vão colocando na dinamização das bibliotecas.

Essas bibliotecas, Sr. Deputado Francisco Sousa, na Região funcionam, como muito bem sabe, em áreas que nós fomos pioneiros, porque nós começámos com as bibliotecas infantis em Ponta Delgada, estendêmo-las a Angra e a outros concelhos na área da Direcção Escolar depois das bibliotecas e arquivos da Região e tem sido feito um esforço muito interessante a esse nível.

Quando dizia que esperava que a paixão do Governo da República não ficasse só por aquilo que eu citei — de facto tem havido muita revogação e muita reflexão — espero, sinceramente, que comece a haver mais coisas concretas, mais obra.

Nós não estamos com certeza em má situação, aliás o Sr. reconheceu com justiça por mais que uma vez, nas áreas que focou, ou seja, na educação pré-escolas, no número de alunos por turma. Quando lá fora o número de alunos na pré é de 25, nós já tínhamos por classe de pré 20 alunos. Nós estamos perfeitamente à vontade.

Uma boa parte do PSD nacional, para não dizer a melhor parte, está por estas bandas.

Nós temos dado muitos bons exemplos em áreas onde temos sido pioneiros.

Quanto ao frango, fique descansado. Se eu tivesse meio frango, nunca deixaria de lhe dar uma perninha ou um pedaço de peito!

Deputado Francisco Sousa (PS): Eu não duvido!

(Risos da Câmara)

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à nossa Ordem do Dia.

O primeiro ponto refere-se a um **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência"**.

Está presente na Mesa o relatório da Comissão que é assumido pelo Grupo Parlamentar do PSD com excepção do artigo 8.º.

Está também presente na Mesa duas propostas de alteração, uma para o artigo 7.º, outra para o artigo 8.º.

Está aberta a discussão na generalidade.

Para apresentar o diploma tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não há qualidade de vida com dependências. Sem liberdade.

A luta contra a toxicodependência é de todos.

Nenhuma sociedade é solidária se entender que o problema de droga se fixa no plano estrito da liberdade de quem quer consumir.

Nós não queremos ver os nossos jovens agarrados à vida de um modo inconsciente.

A nossa acção é de combate, um combate eficaz e contínuo que se alimenta na dor.

Uma luta que não é para amanhã. É para já.

Cada jovem é uma potencial vítima.

A problemática da droga, no que respeita quer ao consumo, quer ao tráfico, tem hoje em todo o mundo um profundo impacto, tais as repercussões sociais que gera e os níveis de criminalidade organizada que compreende.

Sobre esta questão não pode haver tabús.

Convém não esquecer que os erros pagam-se muito caro e por vezes de forma irreversível.

É preciso concertar esforços.

É preciso continuar a adoptar as medidas mais adequadas ao combate deste flagelo.

Este Projecto de Decreto Legislativo Regional, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, em Outubro de 95, é um contributo.

É a vontade política ao serviço de uma causa que não se resolve só com boa vontade ou com o recurso à repressão.

A sua intenção é reforçar os mecanismos de prevenção, apoio e tratamento da toxicodependência para a Região Autónoma dos Açores.

Entendemos que a prevenção primária é decisiva, sendo a prazo, a melhor forma de combate.

A família, a escola e a sociedade, por maior que seja a importância do Estado, deverão assumir sempre um papel importante na acção de prevenir.

Prevenir é agir antes.

Agir antes de comprometer o futuro.

Agir antes de arruinar vidas.

Agir antes de destruir jovens.

Sensibilizar os mais novos porque são eles o alvo prioritário.

Informar os pais e educadores porque são eles quem pode e deve educar os mais novos para uma vivência saudável.

Formar a sociedade para que possa mais correctamente lidar com este problema. São modos de agir que se impõem.

Organizar a prevenção em torno de toda a população escolar, envolve os intervenientes no processo educativo que na escola e fora dela se encontram próximo do jovem.

Uma equipa de técnicos especializados em prevenção nas diversas áreas (saúde, sociologia, psicologia) que se desloque às escolas, colmatando a falta de informação e orientando a actuação da sua população é uma necessidade urgente.

O tratamento do problema, quer através da interdisciplinaridade: preparar os professores das diferentes disciplinas para tratar estes problemas nas suas várias vertentes: economia, biologia, história e até literatura, quer através da simples preparação daqueles que no dia a dia contactam com esta realidade, no seu trabalho junto dos jovens ou nas suas próprias casas é prioritário.

Também a Área-Escola pode ser uma via para a acção deste apoio técnico, funcionando os jovens como suporte privilegiado no tratamento do tema.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É preciso levar a sério as dificuldades que os jovens enfrentam.

Muitas delas são o ponto de partida para o refúgio no álcool ou na droga.

O tipo de educação é determinante na adopção de certos hábitos.

O apoio que o jovem encontra na escola, na família e na sociedade em geral é fundamental.

A elaboração de um guia com informação correcta, com esclarecimentos preciosos e com conselhos necessários é algo que merece o empenho dos responsáveis na sua cuidada elaboração.

Um guia que tenha como referência a nossa realidade e como conteúdo a mais valia de alertar para o perigo não pelo medo, mas pelo incentivo à participação e à adopção de estilos de vida saudáveis.

A criação de serviços SOS, tendo em conta a dispersão geográfica da Região, visando possibilitar aos toxicodependentes, familiares e amigos uma forma de apoio mais próxima da sua realidade, é a oportunidade de garantir-lhes um meio onde por vezes procuram conselho, ânimo ou até onde encontram alguém com quem desabafar.

Do outro lado da linha estarão, certamente, pessoas com formação específica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O toxicodependente é um doente.

Um doente que merece ser tratado com a dignidade que o estatuto de cidadania e o imperativo de solidariedade a todos confere.

A criação de uma consulta diferenciada de Toxicodependência nos hospitais da Região, vai disponibilizar um atendimento prioritário ao toxicodependente.

Evitar as longas esperas que podem desmotivá-lo, desesperá-lo e afastá-lo da vontade de recuperação é a nossa principal preocupação.

Atendendo à nossa realidade insular, esta consulta pode, de acordo com a opinião dos profissionais de saúde que trabalham nesta área, substituir os centros de atendimento que existem noutras regiões do país.

Defendemos a criação de condições para internamento, de forma a que o não internamento do toxicodependente resulte, em última análise, de um acto voluntário e nunca de falta de meios para tal.

A participação na aquisição de medicamentos específicos para o tratamento de heroíno dependência é um passo decisivo na caminhada de progressiva preocupação com a recuperação física e mental do toxicodependente, como início da sua caminhada de regresso à vida.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Com esta iniciativa tornamo-nos ainda mais responsáveis por uma causa que também é desta Casa.

Com esta iniciativa participamos num processo do qual não nos podemos alhear.

Com esta iniciativa damos mais um passo na defesa de vidas sem droga.

Sem dependências.

De vidas com liberdade.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PSD e do PP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O uso e abuso de substâncias tóxicas e do seu tráfico ilícito, o problema da DROGA como é mais comumente conhecido, é um dos flagelos que mais profundamente atinge a sociedade, em especial os jovens e a família.

Ao consumo da Droga estão, na maioria dos casos, associados o tráfico, a prostituição, o roubo e a corrupção, fenómenos que afectam gravemente a comunidade, degradando e corrompendo o seu tecido social e as suas instituições.

Embora não se conheça com rigor a verdadeira dimensão e natureza da Toxicodependência na Região, não sendo um problema novo entre nós, longe de denotar indícios seguros de retrocesso, a tendência, ao que tudo indica, é para um progressivo agravamento da situação.

Efectivamente, são cada vez mais os casos identificados nos serviços de saúde da Região e já ninguém desconhece o aumento significativo do volume de drogas apreendido e do número de traficantes detidos ou identificados.

Porque assim é, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, manifestando a sua preocupação quanto a esta problemática da toxicodependência, propôs em carta dirigida ao Senhor Presidente da Assembleia, em Março de 1995, que a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais fizesse o tratamento especial deste tema ouvindo, entre outras entidades, os conselhos directivos das escolas, as associações de estudantes e associações de pais, os responsáveis pelas unidades de saúde, os responsáveis na Região do projecto vida, a polícia judiciária, a polícia de segurança pública etc..

Este ofício foi despachado para a comissão referida que ficou encarregue de elaborar um relatório no prazo de 6 meses.

Ao contrário do que é timbre desta Comissão, durante 6 meses não se fez nenhuma diligência no sentido de dar cumprimento ao determinado. Mas, através da

comunicação social, iam-nos chegando notícias abundantes de uma iniciativa da JSD sobre o problema da toxicodependência na Região.

Curiosamente no término do prazo a que a Comissão estava obrigada a apresentar o relatório (plenário de Setembro de 1995) não só não o fez, como fomos confrontados com a apresentação de um projecto de Decreto Legislativo Regional da autoria do PSD sobre a Prevenção e Tratamento da Toxicodependência.

Pretendia-se assim dar resposta a uma iniciativa do PS, que era séria e que envolvia toda a Assembleia, usando a mesma ideia mas colocando-lhe por cima um rótulo laranjinha. O PS pretendia ouvir todas as entidades envolvidas na problemática da Toxicodependência para eventualmente esta Assembleia poder promover algumas iniciativas com vista a debelar as consequências nefastas deste flagelo que é a Droga. O PSD optou por apresentar uma iniciativa legislativa e proceder às audições "à posteriori". Pior para o PSD! Se o não tivesse feito não teria passado pelo vexame que passou ao receber tantas e tão duras críticas ao seu projecto por parte dos técnicos mais directamente envolvidos nas questões da Toxicodependência.

Deputado Rui Melo (PSD): É falso!

O Orador: Não é falso, Sr. Deputado e V. Exas. podem consultar os anexos ao relatório e verificarão que os técnicos mais directamente responsáveis emitiram todos pareceres escritos em relação a esta Proposta.

Deputado Rui Melo (PSD): Quais técnicos?

O Orador: Mas voltemos ao cerne do problema que é isto que verdadeiramente nos preocupa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Se me permitem passava a ler algumas passagens de introdução do diploma que reformulou o Programa Nacional de Combate à Droga designado por Projecto Vida .

"A sociedade, cultora dos individualismos, altamente permissiva e com uma crise profunda ao nível de instituições chave como a família e a escola, deu origem a grande número de pessoas em sofrimento, especialmente jovens para quem o espaço afectivo e o projecto de futuro se encontram muito reduzidos, quando não completamente fechados. Neste contexto, a busca de soluções imediatas, sobretudo de natureza sensorial, constitui uma tentação permanente. É por isso que milhares de

jovens procuram no consumo da droga uma fuga às responsabilidades que não assumem e ao sonho que não conseguem concretizar.

Há na sociedade portuguesa muitas pessoas em crise, muitas famílias em sofrimento, muitas estruturas abaladas pelo aumento do número de toxicodependentes. O Projecto VIDA nasceu para ir ao encontro de todos eles, para ajudar os jovens na descoberta da verdadeira liberdade individual e social, para colaborar num autêntico processo educativo que leva a todos os cidadãos um estilo saudável de vida, para congregar pessoas, famílias e estruturas sociais no trabalho comum de prevenir a toxicodependência, de acompanhar os doentes que na droga perderam a liberdade e de os reintegrar na sociedade quando recuperados.

Mas para conseguir tudo isto é indispensável mobilizar a sociedade civil, as escolas e os centros de saúde, espaços normais de educação das pessoas, mas também as associações de famílias e as associações de jovens, tradicionais lugares de encontro, num diálogo colaborante, os diversos grupos religiosos e os vários partidos, como educadores da opinião pública, os grandes meios de comunicação social e as pequenas publicações periódicas tão vulgarizadas por toda a parte, responsáveis como são na transmissão de valores na comunidade humana".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

O Projecto Vida no que se refere à prevenção da Toxicodependência prevê várias acções das quais destaco as seguintes:

1 — Desenvolvimento de um plano em meio escolar visando:

- a integração nos programas escolares e no tempo "área-escola" de conteúdos referentes à problemática da droga;
- a introdução destas matérias nos programas de formação inicial e contínua dos professores dos ensinos básico e secundário;
- mobilização das associações de pais e estudantes para o combate à droga;
- reforço dos sistemas de vigilância e fiscalização com vista a reduzir o campo de acção dos "passadores".

2 — O desenvolvimento de acções de sensibilização e formação destinadas a diversos grupos sócio-profissionais nomeadamente:

- Jovens estudantes de todos os graus de ensino, pais e professores, profissionais de saúde e da segurança social.

- Profissionais de comunicação social e mobilização destes agentes de opinião para o combate à droga.

3 — Acções de informação destinadas ao grande público com recurso à televisão, rádio e imprensa.

4 — Elaboração, produção e ampla divulgação de material informativo e educativo.

5 — Alargamento do serviço prestado pela linha aberta (telefone gratuito), etc., etc.

Convém agora recordar que em finais de 1993, porque se entendeu necessário e útil, foi criado o Núcleo Regional dos Açores do Projecto Vida onde estão representados os departamentos do Governo Regional mais directamente ligados às questões da prevenção da Toxicodependência.

Este Núcleo Regional tem, ou deveria ter, um papel importante a desempenhar já que para além de promover, acompanhar e colaborar na execução das orientações definidas pelo Projecto Vida, estão-lhe atribuídas uma série de competências que são determinantes no âmbito das prevenções primária, secundária e terciária.

Já que transpusemos esta realidade para o ordenamento regional convém igualmente referir que o Plano Regional de Saúde 95/99 elegeu como uma das suas prioridades a Prevenção e Controlo das Toxicodependências.

Este programa tem como principais metas:

1 — Conhecer a natureza e a evolução da dimensão do problema;

2 — Conseguir que todos os alunos do 4º ano do Ensino Básico obtenham informação acerca das consequências do consumo de droga;

3 — Conseguir que 50% dos pais dos alunos sejam sensibilizados para o problema do consumo da droga;

4 — Sensibilizar e formar todos os professores do Ensino Básico 1º Ciclo e 50% dos do 2.º e 3.º para os problemas da toxicodependência;

5 — Sensibilizar e formar todos os clínicos gerais da Região em toxicodependência;

6 — Identificar os toxicodependentes que recorrem aos serviços de saúde e iniciar o processo de reabilitação dos mesmos;

7 — Apoio periódico a 4 das maiores escolas preparatórias e 5 secundárias de um psicólogo ou psiquiatra.

Tendo em vista atingir estas metas, o Plano de Saúde define de forma bastante pormenorizada quais as actividades que devem ser desenvolvidas até 1999 quer pela Direcção Regional de Saúde, quer pelos Centros de Saúde e pelos Hospitais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Feito este enquadramento voltemos então à análise do projecto de Decreto Legislativo Regional "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência" de que é 1ª subscritora a senhora deputada Ana Gomes da Silva.

— A proposta visa criar um sistema ambulante especializado de informação e sensibilização aos jovens estudantes nas escolas básicas e secundárias.

— A instituição de um Serviço SOS para atendimento telefónico gratuito.

— A criação junto dos serviços de psiquiatria dos hospitais da Região de secções de atendimento directo aos toxicómanos.

Embora se possa estar de acordo na generalidade com a assunção destas, bem como de muitas outras medidas que visem a prevenção da Toxicodependência na nossa Região, pensamos ser absolutamente desnecessária a aprovação desta iniciativa legislativa.

Efectivamente como ficou amplamente demonstrado, todas as questões a que a presente proposta pretende dar resposta em matéria de prevenção primária, estão previstas nas competências atribuídas ao Núcleo Regional do Projecto Vida e estão igualmente acauteladas no Plano Regional de Saúde.

E não se argumente que as medidas propostas têm como objecto o reforço dos mecanismos de prevenção da Toxicodependência.

Reforçar seria dar novas competências aos serviços que delas se encontrassem carenciados.

Não é este o caso.

— O Núcleo Regional do Projecto Vida pode perfeitamente criar equipas especializadas de informação e sensibilização da população escolar.

— O Programa Regional de Saúde propõe-se precisamente fazê-lo.

— O Núcleo Regional do Projecto Vida pode criar uma linha verde de apoio aos toxicodependentes e suas famílias. Como referi há pouco é mesmo um dos objectivos do Projecto Vida alargar o máximo possível o serviço prestado pela Linha Aberta.

— Pode elaborar e fazer distribuir gratuitamente na Região um guia contendo material informativo e educativo.

— No que respeita à prevenção secundária, os toxicodependentes já são assistidos normalmente nos serviços de psiquiatria dos nossos hospitais e os técnicos consultados pela Comissão entendem que a dimensão do problema não aconselha a que sejam tomadas outras medidas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Reafirmo que estamos na presença de uma iniciativa legislativa desnecessária. A não ser que esta tenha sido a melhor forma encontrada pelo PSD para demonstrar o seu desagrado pela forma como as entidades responsáveis ao nível da Região têm acautelado a problemática da toxicodependência.

Se estas entidades não têm correspondido aquilo que delas se exige, ou seja, um total empenhamento e uma acção eficaz no combate a este flagelo social, se assim é, então que se tenha a coragem de o dizer.

O combate à toxicodependência não pode igualmente servir de bandeira eleitoral a nenhum partido.

Pela nossa parte estamos totalmente empenhados no combate à DROGA. Disto não podem restar dúvidas.

Existem neste preciso momento muitos jovens em crise, muitas famílias em sofrimento. Esta é a nossa única preocupação. É em nome deles que levanto aqui a minha voz apelando, ou melhor, exigindo que os serviços ou instituições que têm na Região a seu cargo o dever de combater este flagelo que o façam de forma determinada. Nesta luta podem sempre contar connosco.

Disse.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Em nosso entender, os jovens, os pais, a opinião pública de toda a nossa Região precisam de conhecer em profundidade as consequências da toxicodependência.

O facto de estarmos aqui a falar nessas matérias, se não servir para outra coisa, pelo menos poderá servir para que a opinião pública através dos seus representantes nesta Assembleia, possa ficar um pouco mais sensibilizada para os aspectos que esta problemática tem e tem que ter cada vez mais na nossa sociedade.

Há pouco, o Sr. Deputado do Partido Socialista referia os pareceres que chegaram à nossa Comissão.

De facto, temos pareceres importantes, mas também temos pareceres que em nosso entender e essencialmente das áreas de onde vêm, são preocupantes pela negativa.

Há por exemplo um parecer que em nosso entender mostra a preocupação do responsável que o escreveu. Este parecer vem do Gabinete do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e tem algumas passagens que poderei citar.

Em relação ao problema da criação de equipas especializadas de professores e alunos, esse parecer diz o seguinte:

"... para isso teria que se apoiar todos aqueles que nas escolas ocupam jovens em actividades do seu agrado, actividades de complemento curricular e incentivo do desporto escolar, contribuindo para tornar a escola um lugar apetecível e oferecendo uma alternativa credível aos aliciantes que chegam do exterior e que conduzem comportamentos desviantes."

Também diz que "o acompanhamento do processo terapêutico da recuperação de toxicodependentes também não poderá ser alheio à escola" e continua dizendo que "aqui haverá que encontrar dentro da própria escola outra entidade capaz de responsabilizar-se por esse acompanhamento funcionando como elo de ligação entre a escola e o centro de saúde na figura de psicólogo escolar".

Citei estes três aspectos que retiro do relatório como positivos.

Por outro lado, nós recebemos de um grande número de escolas um conjunto de pareceres que dizem que estão de acordo com o projecto apresentado.

Para mim isto é preocupante, porque mostra que a nível dessas escolas esta problemática não foi aprofundada, ou pelo menos é legítimo eu duvidar que ela tenha sido aprofundada.

É junto dos jovens e das escolas que esta problemática tem que ser aprofundada e sentida, porque é aí que este grave problema se infiltra e destrói — é assim que temos que dizer — muitos dos nossos jovens. Esta é uma realidade que não podemos escamotear e que no entender do PCP não pode, nem deve, ser escamoteada.

Por todas estas razões, quanto mais aprofundarmos esta problemática melhor será para a nossa sociedade.

É preciso que os jovens — estou a referir os jovens porque são eles os mais atingidos — tenham consciência e que os adultos façam com que eles tomem consciência de que a sua vontade própria não é melhorada com a droga. A sua vontade própria é destruída pela droga.

Eles tornam-se ansiosos não de qualquer contestação política ou social, mas sim da futura dose de droga que vão atingir. É esta a sua ânsia.

É preciso fazer uma denúncia sistemática dos traficantes que existem na nossa sociedade, porque só com repúdio activo e empenhado de toda a comunidade contra os estupefacientes, é que se pode de facto repudiar e atacar aqueles que estão metidos neste grave e anómalo negócio.

É preciso compreender as vítimas por um lado, mas por outro também é preciso combater o mais eficazmente possível os traficantes.

Quanto à prevenção primária pensamos que ela só será eficaz, se ao lado de todas as medidas que se tomarem também se investir nas condições socio-económicas e culturais das famílias. Na nossa opinião, este é um aspecto fundamental para a prevenção primária da droga. Todos são importantes, mas este é fundamental.

Em relação à prevenção secundária, é necessário dar respostas que permitam o tratamento individual e familiar a este nível.

No que se refere à prevenção terciária, há que dar respostas no campo social a nível do emprego, do entretenimento e do lazer dos jovens, a nível da prática dos desportos etc., etc....

Para combater a toxicodependência há que combater a causa e essa causa é a venda e aliciamento em relação ao produto.

Na nossa opinião, é necessário combater cada vez mais a distribuição e a venda da droga.

É preciso não esquecer que todos os anos morrem jovens vítimas do consumo da droga.

Muita da delinquência e criminalidade existente na nossa sociedade advém do consumo de drogas.

Não podemos esquecer que nesta Região o volume de estupefacientes apreendido tem crescido de ano para ano.

Também não podemos esquecer que todos os anos nas unidades de saúde são atendidos jovens que caíram nas malhas da toxicodependência.

Recordo que é do conhecimento público que já se fala em morte por overdose na nossa Região.

Todos estes aspectos têm que ser combatidos e para isso é necessário que eles saiam daqueles que se preocupam com esta problemática para a nossa sociedade.

Por tudo isto, entendemos que as campanhas, sejam elas quais forem, têm que abranger toda a nossa população.

É neste pressuposto, de que efectivamente este decreto legislativo regional possa dar algum contributo no sentido de maior combate à toxicodependência, que nós vamos votar favoravelmente o projecto em discussão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, como Presidente da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, quero repor a verdade sobre alguns factos que não foram precisos pelo Sr. Deputado Fernando Fonte.

Eu estava convencido que V. Exa. e o seu Partido, em relação a uma matéria de grande interesse para a nossa Região, teriam uma postura séria neste debate, mas verifico que não têm.

Primeiro o Partido Socialista enviou uma carta à comissão na qual o seu Presidente deu o seguinte despacho:

"Remeta-se fotocópia ao Sr. Presidente da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para apreciação na Comissão."

A Comissão, numa das suas reuniões, agendou um dia para falar e discutir este assunto e chegámos à conclusão que esta carta não tinha, nem tem — aliás, nenhuma carta tem — enquadramento regimental.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS enviou uma carta ao Sr. Presidente da Assembleia que, simpaticamente, mandou para a Comissão da Juventude.

Esta carta não tem enquadramento, porque as iniciativas legislativas ao abrigo do artigo 134.º tem requisitos formais, ou projectos ou propostas, como o Sr. Deputado sabe. Elas são redigidas por escrito — por acaso esta está redigida por escrito — e têm que ter a forma de artigos eventualmente divididos em números e alíneas.

Os Srs. não fazem nada disso.

Enviaram uma carta à Comissão e eu como Presidente o que devia ter feito na altura era enviar-vos outra carta, dizendo que o vosso documento não tinha enquadramento regimental, "devolve-se à procedência", mas não o fiz. Fiz sempre naquele espírito de abertura, porque poderia ser mais um contributo para esta matéria e foi um contributo para análise desse projecto, porque fomos encontrar nela várias sugestões dessas entidades para serem ouvidas.

Nós mandámos arquivar a carta e como não era uma iniciativa legislativa, limitámo-nos a colher algumas sugestões que estavam apresentadas nela.

Mas este é, como sempre, o velho problema do Partido Socialista, ou seja, toma as iniciativas de projecto e depois o PSD trabalha-as na sua maioria apresentando textos de substituição para aperfeiçoá-las, ou seja, o Partido Socialista tem iniciativas legislativas para marcar posições de natureza política, mas na prática o Grupo Parlamentar do PSD é que faz o tratamento delas e posso provar. Esta é que é a verdade.

Se houve nesta Casa um contributo sério e que sensibilizou muito a bancada do Partido Social Democrata, ele foi dado em 7 de Fevereiro de 1996, pelo Sr. Deputado Ricardo Barros, que fez nesta Casa uma belíssima intervenção, a qual foi aplaudida

por todas as bancadas com assento nesta Casa, onde apresentava sugestões e passo a ler algumas delas:

"... só por cobardia, esta Assembleia podia aligeirar as suas responsabilidades no tratamento exaustivo de tal matéria..."

Mais à frente o Sr. Deputado Ricardo Barros dizia: " Tratar, utilizando os meios de terapia ao alcance da medicina e disponibilizando as verbas necessárias para que se criem as condições efectivas para a recuperação integral dos toxicodependentes. Não bastam tentativas parciais e se não regateiem meios."

Esta intervenção deu um bom contributo ao Grupo Parlamentar do PSD na análise desta iniciativa dos deputados jovens

(Aparte inaudível do Deputado Fernando Fonte)

O Orador: O problema é que os Srs. não têm pessoas a essa altura para fazerem isso. Registe isto!

O Partido Social Democrata congratula-se com o grupo de organização de juventude que teve esta iniciativa e nós apoiámos com muito prazer.

Desafio-o para dizer quais os técnicos principais — porque é falso o que disse — que tecem duras críticas ao parecer. Desafio-o para que diga isso, mas já lhe vou adiantando os principais.

Deputado Fernando Fonte (PS): Então se vais dizer....

O Orador: Digo-lhe já, porque as respostas são claras sobre essa matéria. Os dois principais técnicos nessa matéria são: o coordenador do Programa de Combate à Toxicodependência, Dr. Carlos Paz Ferreira, e o gestor do Programa Regional do Combate à Toxicodependência, o Dr. Rocha Almeida.

Outro documento muito importante é o parecer da Comissão Projecto de Vida.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

O Orador: Estes são os principais e são os que o Sr. tem. O Sr. falou em técnicos.

A Comissão, depois de receber o parecer por escrito desses dois técnicos, decidiu convidá-los a participar nos nossos trabalhos.

O Dr. Rocha Almeida enviou uma carta simpática a dizer que não estava disponível para ir à Comissão, mas que concordava com todas as afirmações e com o parecer emitido pelo Dr. Paz Ferreira.

O Dr. Paz Ferreira dirigiu-se à nossa Comissão e esteve lá a trabalhar connosco durante duas horas e todos os deputados levantaram variadíssimos problemas.

Muitas das alterações que o Partido Social Democrata apresenta hoje de alteração ao projecto, sempre naquele espírito de abertura de procurar legislação que vá de encontro às necessidades das populações, foram feitas tendo em conta os pareceres recebidos e ouvidos desses técnicos.

Por isso, achamos que o nosso projecto ficou melhorado com o contributo de todas essas pessoas e até mesmo com o contributo do Partido Socialista. Os Deputados do Partido Socialista participaram activamente nessa discussão.

Deputado Fernando Fonte (PS): Como sempre!

O Orador: Como sempre e por isso é que eu me admiro, uma vez que trabalho consigo há vários anos...

Deputado Fernando Fonte (PS): E vais continuar!

O Orador: ... que o Sr. tenha tido uma postura dessas, ou seja, tentar dizer e acusar a comissão de não ter sido correcta na sua actividade.

Termino dizendo, Sr. Deputado — infelizmente estamos perto das eleições — que isso é o desespero de quem não foi capaz de trazer algo de fundo que vá de encontro às necessidades da juventude. Este é o vosso problema, mas juntem a vossa voz à nossa e assim, todos juntos, contribuiremos com o dever dos Açores e para a melhoria de qualidade de vida da nossa juventude.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Rui Melo:

A minha postura nesta Casa e na Comissão, ao longo destes 7 ou 8 anos, foi sempre uma postura séria e não foi neste momento que alterei o meu comportamento.

Quando refiro que a Comissão tinha em seu poder um documento que foi despachado e que propunha que se fizesse o relatório no prazo de 6 meses, esse despacho foi dado pelo Sr. Presidente o qual dizia "À Comissão dos Assuntos Sociais para apreciação". Esse é o mesmo despacho que o Sr. Presidente dá a muitos outros documentos que envia à Comissão.

O Sr. tem razão ao dizer que isso não é uma iniciativa legislativa, isso pode ser considerado como uma recomendação.

Já que V. Exa. parece estar muito esquecido, vou avivar-lhe a memória dizendo que houve uma altura nesta Assembleia onde se entendia que não se deviam aprovar propostas de recomendação ou resoluções que pusessem as Comissões a trabalhar, porque isso já era uma incumbência das mesmas.

Algumas dessas posições foram defendidas pelo seu partido. Não me recordo se alguma foi defendida por si, mas houve uma altura em que o PSD não aprovava propostas de resolução do Partido Socialista ou da oposição, para que as Comissões fizessem determinada coisa, com o argumento de que a Assembleia não pode recomendar uma coisa que a elas já compete fazer. Esta é a verdade Sr. Deputado!

Foi na altura que existia essa doutrina na Assembleia que surgiu essa carta do Partido Socialista.

Não se fez nenhuma proposta de resolução a recomendar à Comissão que elaborasse o relatório, porque havia esse entendimento.

Fez-se essa carta, porque tinha a mesma força e a mesma intenção. Foi despachada pelo Presidente da Assembleia e não foi rejeitada nem pelo Presidente da Comissão, nem pela Mesa.

Sr. Deputado Rui Melo, ao longo das diversas vezes, quando analisámos essa proposta, nunca chegámos à conclusão que ela não podia ser analisada ou que era ilegal. Nunca foi metida na gaveta.

Quando nós tentámos saber porque é que ela não avançava — a última vez que eu tenho aqui anotado foi a 31 de Agosto de 95, quando a Comissão reuniu para dar parecer, ou para preparar o plenário de Novembro — V. Ex. respondeu-me "essa não avança agora para ser discutida junto com o diploma da JSD".

Deputado Rui Melo (PSD): Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: Esta é que é a verdade. Está aqui anotado.

Se houvesse actas e gravações da comissão podia-se comprovar.

Está escrito aqui e não fui eu que escrevi agora, escrevi na altura.

O Sr. Deputado Rui Melo sabe perfeitamente que se há pessoas que na Comissão e nesta Assembleia tomam nota de tudo e têm os seus documentos devidamente anotados para poder provar as afirmações que faz, se há pessoas que aqui fazem isso, eu sou uma delas.

Eu não estou aqui a ter uma postura menos séria, eu estou a ser verdadeiro nas acusações e nas observações que faço.

Deputado Rui Melo (PSD): Não está!

O Orador: Esta é a primeira questão que espero que tenha ficado devidamente entendida.

Deputado Rui Melo (PSD): Não ficou!

O Orador: Passemos à outra questão que levanta.

O Sr. Deputado fala que o Sr. Deputado Ricardo Barros, meu colega de Partido, fez aqui uma intervenção importante e que foi um bom contributo.

Foi, sim senhor!

Tudo aquilo que ele disse é verdadeiro, é necessário, estamos absolutamente de acordo!

Qual é o problema?

É preciso haver uma iniciativa legislativa da JSD ou do PSD para fazer aquilo que o Sr. Deputado Ricardo Barros disse?

Esta é que é a grande questão!

Eu estou de acordo com tudo o que a Sra. Deputada Ana Gomes Silva disse nesta tribuna, com todas as considerações de ordem geral, com todas as formas de atacar os problemas da toxicodependência no seu combate na fase primária e secundária. Nós estamos de acordo com tudo isso.

Já repararam que a nossa única divergência no combate à toxicodependência é pôr a funcionar as estruturas que existem na Região e não criar iniciativas legislativas?

A nossa única divergência nesta Câmara é esta Srs. Deputados. Não há mais nenhuma!

Nós estamos de acordo que a droga é uma questão fundamental que tem que se combater.

Estamos nesse combate! Estamos nessa luta!

Só divergimos nesse aspecto concreto.

Nós pensamos que os serviços e os departamentos do Governo Regional que já existem neste momento na Região, já têm competência para fazer tudo isso e nós demonstrámo-lo na tribuna Sr. Deputado.

Não há divergência nenhuma!

Já que o Sr. Deputado me desafiou a dizer quais eram os pareceres dos técnicos que eram contrários, efectivamente já anunciou aí dois ou três pareceres, vou ter a oportunidade de ler esses pareceres e as coisas em que eles são contrários à proposta que o PSD apresenta, mesmo algumas em relação às alterações.

O Sr. Deputado esqueceu-se de um parecer que foi enviado por um serviço de psiquiatria de uma unidade hospitalar da nossa Região que diz o seguinte:

"O parecer que foi solicitado acerca do Projecto de Decreto Legislativo Regional "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência", foi difícil de formular, porque os técnicos envolvidos na área da psiquiatria e saúde mental deste hospital dividiram-se quanto às suas atitudes face ao referido documento.

Parte desses técnicos rejeitaram no seu todo, perante os inúmeros conceitos de ordem técnica errados e desconhecimento da realidade, não compreendendo e não aceitando que se pudesse levar até essa digníssima Assembleia uma proposta de diploma em face de tão imperfeita redacção."

Este, Sr. Deputado, é um parecer dos técnicos de psiquiatria do Hospital de Ponta Delgada, no qual se inclui o Sr. Dr. Paz Ferreira que participou na elaboração deste parecer.

Posto isto, passemos às questões que o Sr. Deputado me desafia a dizer onde é que os pareceres são discordantes.

Em relação ao serviço SOS, por exemplo o Hospital de Ponta Delgada, diz: "Salienta-se a necessidade de adequada e correcta formação de técnicos que iriam exercer funções no serviço SOS a criar."

Nós pensávamos que era necessário criar um serviço SOS.

O que o PSD já pretende e anuncia é criar "n servicinhos" SOS, sem pessoas especializadas por esta Região fora.

Passando ao parecer do Sr. Dr. Rocha Almeida também sobre esta matéria diz que, na sua página 2: "dadas as características próprias deste serviço vemos com alguma dificuldade a sua implementação na Região.

Quais os técnicos que irão estar neste serviço e a sua preparação e disponibilidade?

Entendemos que existe a nível nacional uma linha aberta a funcionar 12 horas por dia, directamente ligada ao projecto de vida. Seria de aproveitar esta estrutura devendo para esse efeito haver uma boa articulação com o Núcleo Regional do Projecto de Vida".

É isso que nós dizemos. É que haja uma articulação do Núcleo Regional do Projecto de Vida para fazer essas coisas.

Falemos agora na criação de secções de atendimento directas aos toxicómanos.

O Hospital de Ponta Delgada, o Parecer do Projecto de Vida, o Parecer do Dr. Paz Ferreira e do Dr. Rocha Almeida, todos eles são unânimes em dizer que não se justifica a criação de um serviço de atendimento directo aos toxicómanos na Região.

Sra. Deputada, eu sei que os Srs. fizeram uma proposta, mas não fizeram nenhuma proposta de alteração à alínea c) do artigo 2.º. Essa mantém-se aqui. É dessa que eu estou a falar e para a qual os Srs. Deputados não apresentam nenhuma alteração e que diz "Criação junto dos serviços de psiquiatria dos hospitais da Região de Secções de atendimento directo aos toxicómanos".

Posso ler-vos os 4 pareceres — será maçar muito a Câmara — onde todos eles são negativos relativamente a essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu lamento profundamente que uma questão tão importante para a juventude dos Açores, esteja a ser tratada nesta Casa sobre a preocupação prioritária de bandeiras partidárias.

Acho que esta é uma questão muito importante para ser tratada a este nível.

A nossa postura ao longo da discussão deste diploma tem sido de abertura.

A Proposta que agora se traz a esta Casa é fruto não só da discussão em Comissão, como tem base e foi elaborada com base nos pareceres dos técnicos — nas pessoas que sobre esta matéria tiveram muito a dizer.

A consonância com um dos técnicos que se deslocou à Comissão, o Dr. Carlos Paz Ferreira, foi perfeita, como o Sr. Deputado Fernando Fonte viu.

Deputado Fernando Fonte (PS): Pelo amor de Deus! Foi perfeita o quê?!

A Oradora: O Sr. Dr. concordou em pleno com a criação da consulta diferenciada de toxicodependência que é uma forma de atendimento directo ao toxicodependente, por isso é que não se alterou a tal alínea de que o Sr. Deputado falava.

O Sr. Dr. Carlos Paz Ferreira não concordava com a articulação de início, mas depois da alteração concordou plenamente.

A nossa postura foi de abertura e continua a ser.

O Sr. Deputado referiu pareceres que tinham como base a primeira proposta, não esta.

Deputado Fernando Fonte (PS): A essencial!

A Oradora: Essa foi alterada e as alterações estão aí à vista de todos.

Volto a dizer que a nossa postura é de abertura e já agora se acha que este projecto é desnecessário, gostava de saber o que é que acha das medidas anti-droga que o Governo da República — o Governo do Partido Socialista — tomou este fim de semana no Algarve, se as acha também desnecessárias e o que é que acha sobre o destino que o Eng. António Guterres deu ao tão citado Projecto de Vida, na sua intervenção?

Deputado Rui Melo (PSD): Não sabe! Ele não sabe o que é que aconteceu!

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada:

O aspecto da iniciativa legislativa que foi alterado, após receber os contributos dos pareceres, eu não me referi a ele, ou seja, a criação do tal sistema ambulante.

Esse projecto não se resume ao sistema ambulante. Aí fizeram-se algumas alterações para o tornar consonante com alguns pareceres, mas as outras questões mantêm-se inalteradas, não houve diferença nenhuma e eu posso provar.

Esse trabalho deve ser feito em Comissão e eu já tive a oportunidade de o fazer, mas se querem fazer em plenário a discussão que se faz lá, eu posso provar, parágrafo a parágrafo, e alínea a alínea, as afirmações que estão aqui a fazer. Eu não estou a fazer aqui afirmações gratuitas.

Deputado Rui Melo (PSD): Nós não temos problema nenhum!

O Orador: Quanto à questão do Eng. António Guterres, nós estamos absolutamente de acordo que se façam mais coisas para se combater a toxicod dependência no nosso país.

Deputado Mark Marques (PSD): Então porque é que não fazem?!

O Orador: Nós estamos sempre abertos a isso.

Sra. Deputada, uma coisa é fazer-se coisas que não estão previstas, outra coisa é criar-se legislação para fazer coisas que já deveriam ter sido feitas ou que podem ser feitas com aquilo que existe. Esta é que é a grande diferença.

Foi feito um reforço do combate à toxicod dependência no nosso país, mas foram coisas que nunca estiveram previstas em lado nenhum, como movimentar 70 mil jovens pelas escolas. Coisas destas nunca estiveram previstas.

Estas coisas são importantíssimas e nós damos todo o nosso apoio.

No entanto, aquilo que os Srs. pretendem fazer, ou seja, criar uma linha verde na Região, o Núcleo Regional do Projecto de Vida poderia fazê-lo.

Criar campanhas de sensibilização junto da população escolar e dos professores, o Projecto de Vida também pode fazer isso, porque é um dos seus objectivos.

O Plano de Saúde propõe-se fazer isso mesmo Sra. Deputada. Quer que eu leia-lhe o Plano de Saúde e que muitas vezes os Srs. se ufanam de o ter aprovado ou de estar a ser cumprido — cumprido entre aspas, não faço a mínima ideia se está a ser cumprido.

Essas questões para nós são muito claras. Uma coisa é fazer algo de novo que não estava prevista, outra coisa é aquilo que os Srs. pretendem fazer agora, ou seja, aprovar iniciativas legislativas para obrigar a Assembleia ou o Governo a fazer coisas que já deveriam ter feito.

Mas o mais curioso ainda é que a Sra. Deputada vem aqui propor que esta Assembleia aprove legislação para obrigar o Sr. Secretário Regional da Juventude a

fazer coisas no âmbito da toxicod dependência a que ele já está obrigado a fazer como coordenador do Núcleo Regional do Projecto de Vida.

Nós vamos dar a uma pessoa que já tem responsabilidades — o Presidente do Núcleo Regional do Projecto de Vida e que faz a articulação com o Projecto de Vida a nível nacional — competências para fazer coisas que já tem a obrigação e competência para as fazer? Isto cabe na cabeça de alguém?!

É por esta razão que nós não estamos de acordo com esta iniciativa legislativa.

Quanto aos objectivos a atingir, nós estamos de acordo.

Aproveito para dizer que a única coisa que é inovação, não é trabalho de Comissão e que foi entregue hoje no plenário, é a criação de uma comparticipação relativamente a um medicamento que ajuda no tratamento dos toxicod dependentes.

Nós reconhecemos que esta é uma inovação, que é uma medida nova e por ser uma medida nova e porque na nossa opinião ela pode vir a ser muito útil na recuperação dessas pessoas, nós vamos aprová-la.

Vamos aprovar a comparticipação de um medicamento, porque achamos que é uma coisa importante e também porque ela não está prevista em lado nenhum.

É uma questão que estamos a legislar de novo e ninguém tinha competência para o fazer.

Quanto às outras questões, Sr. Deputada, não é o caso. Todas as outras coisas podem ser feitas, talvez já deveriam estar feitas por quem tem obrigação de o fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não tanto para me pronunciar sobre algumas questões de pormenor deste diploma que estão a ser sobejamente esclarecidas pelos Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, mas para esclarecer duas ou três questões do enquadramento geral que o Sr. Deputado Fernando Fonte quis dar a esta iniciativa legislativa do Partido Social Democrata, não sem antes esclarecer que o Sr. Deputado fez algumas confusões em relação a possibilidades de haver vários caminhos regimentais para se chegar ao mesmo objectivo.

Disse que por vezes não entendemos que deve haver propostas de recomendação para as comissões fazerem aquilo que de facto elas deveriam fazer, disse que poderia haver resoluções e outras coisas.

Uma coisa é que não é um bom caminho... esta carta. Eu explico porquê.

O Sr. Deputado sabe perfeitamente que tem pelo menos duas hipóteses de suscitar uma questão numa comissão, ou faz a proposta na comissão e ela aceita ou não e desenvolve um trabalho, coisa que não fez, ou aprova uma recomendação sob a forma de resolução, uma resolução neste plenário, que obriga a comissão a trabalhar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assinado pelo seu presidente do grupo parlamentar, não fez nem uma coisa nem outra.

Fez uma carta ao Sr. Presidente onde recomenda ao mesmo que diga à comissão para fazer uma coisa que ela poderia fazer sem ser através do Presidente.

Foi uma confusão o que quer dizer que isto, regimentalmente, não é nada.

O Sr. fez considerações sobre este assunto e estou a esclarecer-lhe que isto regimentalmente não é absolutamente nada, a não ser uma confusão e um mau caminho por onde o Partido Socialista se meteu porventura para chegar a um objectivo novo.

Foi um erro!

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o Partido Social Democrata para tomar iniciativas legislativas, não as faz em função do calendário político ou partindo das iniciativas do Partido Socialista, muito menos de cartas que não têm valor nenhum.

O Partido Social Democrata tendo um pouco de atenção e a origem naturalmente de uma preocupação da sua organização de juventude que depois trouxe-a a este Parlamento e apresenta a esta Casa um Projecto de Decreto Legislativo Regional, que vem dar resposta a uma preocupante situação da nossa Região, um flagelo dos mais cortantes da nossa sociedade contemporânea. Fê-lo sem estar minimamente preocupado com esta sugestão que apareceu na Mesa da Comissão de Juventude.

Isto significa que tudo o que o Sr. Deputado disse, de que nós estamos a pôr um voto do PSD numa ideia do PS, não faz qualquer sentido.

Contra isso, devo dizer que não podia ficar sentado em nome do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O que é certo, é que Vs. Exas. fizeram uma carta, a qual já disse o que é que valia, e nós fizemos um Projecto de Decreto Legislativo Regional.

Vs. Exas. ficaram-se pela carta e nós avançámos com o Projecto.

Vs. Exas. acham que o Projecto é desnecessário, nós vamos aprová-lo para bem da juventude dos Açores.

Esta será a grande diferença.

Tudo o resto que o Sr. Deputado está a fazer, lembra apenas e só uma profunda cena de ciúme político.

O Partido Socialista, neste momento, está a ter um ciúme político de uma iniciativa do Partido Social Democrata.

Também aí deveria aprender alguma coisa connosco, porque quando os Srs. trazem muitos aspectos — tiveram nesta sessão duas propostas de resolução — nós não fazemos fitas, vamos directos à questão e dizemos que concordamos, a não ser com este ou com aquele pormenor.

Sabe que mais? O povo percebe isso.

O que não vai perceber é a posição do Partido Socialista em relação a tão importante iniciativa.

Mas isso nós encarregamo-nos de o fazer.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes da banda do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para mais esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Victor Cruz:

Não é muito frequente eu socorrer-me das intervenções do Sr. Deputado Paulo Valadão nesta Câmara, mas hoje até me sinto confortado em fazê-lo.

Ontem, a respeito de uma interpelação minha, sobre uma metodologia que ele usou na apresentação de uma proposta de alteração, o Sr. Deputado respondeu que se eu não concordava com aquilo me dirigisse à Mesa, porque ela tinha aceite e como tinha aceite o problema era dela e não dele.

Eu sou obrigado a dizer a mesma coisa. Realmente acho que foi oportuna a consideração que ele fez e aproveitou-a neste momento.

Se este papelinho não vale nada, não é problema meu. É problema do Sr. Presidente da Assembleia que na altura o considerou como válido e que efectivamente despachou para a Comissão.

O Sr. Deputado não pode ignorar aquilo que eu disse.

O que quis ignorar foi que em determinada altura se considerou — foi prática nesta Assembleia e argumentado pelo Grupo Parlamentar do PSD que rejeitou uma proposta de resolução, se formos aos arquivos encontraremos qual foi, ou talvez mais que uma — que não se aceitavam propostas de resolução do PS ou de um partido qualquer da oposição, relativamente a pôr uma comissão a fazer qualquer coisa.

Não se reprovou esta proposta de resolução, porque entendia-se que a Comissão já estava obrigada a fazer determinada função e que não faz sentido pôr a Assembleia a fazer uma coisa que já está obrigada a fazer.

O Sr. Deputado omitiu essa questão que eu levantei e que é a questão essencial deste papel.

Este papel com muito ou pouco valor, foi produzido nesse enquadramento e com esse entendimento. Foi entregue na Mesa e o Sr. Presidente despachou-o.

O problema passou a ser da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais e deixou de ser problema do Grupo Parlamentar do Partido Socialista — primeira questão.

Segunda questão:

O Sr. Deputado diz que não está preocupado com este papel que não vale nada.

Este papel que não vale nada, pretendia precisamente atingir os objectivos que se estão agora tentando atingir, ou seja, ouvir a sociedade civil, as escolas, as associações de pais, de alunos, as unidades de saúde... enfim, fazer ao fim e ao cabo tudo aquilo que se acabou por fazer.

O Sr. Presidente da Comissão acabou de reconhecer há bocadinho que se este papel não teve outro mérito, ao menos serviu para termos uma ideia de quais as entidades que deveriam ser consultas.

Este papel serviu para tudo isto e serviu para que em Março de 1995 se despoletasse toda esta discussão a qual poderia ter sido feita muito mais cedo.

Em vez de estarmos a discutir isto no mês de Maio de 1996, Sr. Deputado, poderíamos ter discutido isso no mês de Setembro de 1995, o prazo que era aqui indicado para este assunto ser discutido.

Este assunto não foi discutido na altura, porque não era para ir a reboque do PS sobre estas matérias.

Já agora, que se está a falar da droga e havia uma proposta do PS, a JSD ou o PSD resolveram apresentar essa proposta. Se o Sr. Deputado não estava na Sala eu leio-lhe o que disse há bocadinho sobre....

Deputado Victor Cruz (PSD): Eu lembro-me!

O Orador: Ah, lembra-se?!

É que isso só ia ser discutido quando fosse discutida a proposta da JSD.

Não nos movem aqui intuítos partidários, nem nos movem nenhuns ciúmes, Sr. Deputado!

Deputado Victor Cruz (PSD): Ao menos parece!

O Orador: Não, eu posso provar-lhe que não nos movem nenhuns ciúmes!

Esse Projecto de Decreto Legislativo Regional quando entrou na Comissão teve um bom acolhimento pela minha parte e pela parte dos meus camaradas que fazem parte da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais e os Srs. Deputados podem verificar o que acabo de dizer.

Nós não tínhamos qualquer tipo de reserva sobre esse projecto quando ele apareceu na Comissão.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Só começámos a levantar algumas reservas quando começámos a receber os pareceres dos técnicos, e quando efectivamente fomos aprofundar todas as competências, sobre quem é que na Região deveria mexer na questões da toxicodependência, foi nessa altura, lendo os papelinhos que estão aqui e que podem ser lidos, que tomámos consciência de que efectivamente o que era preciso fazer, era pôr os serviços que na Região já têm competência para tratar dessas matérias a tratá-las.

Foi por isso que nós começámos a levantar essas objecções.

Não se trata de nenhuma cena de ciúmes, Sr. Deputado.

A verdade é esta e está reposta no devido lugar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em primeiro lugar, eu disse que este papel não valia nada regimentalmente e até acrescentei mesmo que se se quisesse prosseguir um objectivo nobre, o que significa que os objectivos que estão aqui facultados por este papel são objectivos válidos, regimentalmente é que não valia nada.

A isso, o Sr. não dá resposta porque não vale nada.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado quer utilizar as palavras do Sr. Deputado Paulo Valadão, mas mal. É como aquelas pessoas que gostam de fazer boas citações nas alturas erradas.

O Sr. Deputado Paulo Valadão falou de uma coisa concreta. Era uma sugestão, uma proposta de alteração ao artigo que estávamos a legislar.

Esta é uma sugestão mal feita.

Se quisesse legislar, fizesse sob a forma de voto, ou seja, apresentava uma proposta de resolução. O Sr. Presidente da Assembleia ou outro senhor presidente da Assembleia qualquer — não tenho qualquer dúvida sobre isso — aceita esses papéis e delicadamente manda para a Comissão.

Não seria aconselhável que a discutisse ou que a mandasse para o grupo parlamentar, porque isso não é norma da nossa Casa, como também não é norma fazer papéis desses.

Em terceiro lugar, eu gosto de registar tudo o que o Sr. Deputado Fernando Fonte sublinha.

O Sr. disse que não faz propostas de resolução, porque o PSD acha que não se deve fazer. Está convencido pelas nossas razões, o que gosto imenso de registar.

Se não fez uma proposta de resolução, porque nós entendemos que não deve fazer para as comissões não trabalharem, devagarinho, devagarinho, os Srs. Deputados vão chegando às nossas razões, o que me espanta, mas foi o que o Sr. Deputado

confessou aqui. Para não admitir um erro, meteu-se num caminho que entra em perfeita contradição.

Deputado Fernando Fonte (PS): Oh Sr. Deputado não faça demagogia!

O Orador: Por último, é de facto uma cena de ciúmes.

Nota-se a dificuldade, mais que não seja num aspecto: se nós, Grupo Parlamentar do PSD não fazemos nada, é porque somos seguidores do Governo.

Se fazemos um minuto depois uma coisa diferente do PS, somos seguidores do PS.

Se fazemos alguma coisa, é porque não gostamos do Governo e estamos a obrigá-lo a fazer.

Escolha o que quiser, mesmo que seja a última, dar um contributo para que o Governo faça mais e melhores coisas, nós gostamos imenso deste elogio.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às medidas adoptadas pelo Governo da República, elas são, segundo o Partido Socialista nos Açores, desnecessárias, porque elas visam precisamente os mesmos objectivos de prevenção nas escolas do que as medidas deste diploma em discussão.

Quanto à resposta do Projecto de Vida, o Sr. Deputado não respondeu e não respondeu porque o Projecto de Vida que tinha a obrigação, segundo diz o Sr. Deputado, de fazer tudo isto, esvaziou-se este fim de semana no Algarve.

Deputado Fernando Fonte (PS): Não se esvaziou nada!

A Oradora: Esvaziou-se uma Comissão Nacional de Luta Contra a Droga.

Se tem alguma dúvida pergunte ao Padre Feitor Pinto que está muito aborrecido com o esvaziamento do Projecto de Vida.

Este Projecto esvaziou-se este fim de semana e nós, com esta nova legislação, garantimos que nos Açores o combate à droga continua.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vou pôr à votação na generalidade o Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a "Prevenção e Tratamento da Toxicodependência".

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado com 27 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 14 votos contra do PS e 1 voto contra do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos para fazermos o nosso intervalo regimental.

Recomeçamos os nossos trabalhos às 18.30 horas.

(Eram 18.05 horas.)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 18.40 horas.)

Vamos passar à discussão na especialidade do diploma sobre a toxicodependência.

Está aberta a discussão sobre o Artigo 1.º.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 1.º foi aprovado com 20 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 8 votos de abstenção do PS e 1 voto abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passemos ao Artigo 2.º para o qual a Comissão apresenta uma proposta de alteração para a alínea a).

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A alínea a) do artigo 2.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 9 votos de abstenção do PS e 1 voto abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É bom que fique claro e que fique como registo para os professores, os estudantes e toda a população escolar das nossas escolas, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista votou contra a possibilidade das escolas terem informação e orientação sobre o combate à toxicodependência tão necessitadas que estão como demonstraram os pareceres que a Comissão recebeu.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PS não votou contra, absteve-se.

O PS absteve-se pelas razões que amplamente divulgou e explicou exaustivamente durante a introdução.

Sra. Deputada: o Núcleo Regional do Projecto de Vida, tem a obrigação de promover acções junto das escolas para fazer prevenção à toxicodependência.

O Plano Regional de Saúde já previa, no ano de 95, fazer sensibilização junto das escolas do ensino básico, mais precisamente junto do 4.º ano e durante esse mesmo ano ele cobriu 25% dos alunos e no ano de 96 está previsto cobrir 50% de todos os alunos da Região.

O Partido Socialista está a votar fundamentadamente, porque essas questões estão previstas e não estão a ser executadas. Se estão a ser executadas não se justifica aquilo que os Srs. querem fazer agora.

Presidente: Srs. Deputados, vamos votar as alíneas b) e c) e o corpo do artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas b) e c) e o corpo do artigo 2.º foram aprovados com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passemos ao artigo 3.º, para o qual há uma proposta da Comissão.

Está aberta a discussão na especialidade.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 3.º foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 de voto abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passemos ao Artigo 4.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 4.º foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Vamos votar o Artigo 5.º, para o qual há uma proposta de alteração da Comissão para os n.ºs 1 e 2.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: Os n.ºs 1 e 2 do Artigo 5.º foram aprovados com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD defende a criação de serviços SOS na Região.

O Grupo Parlamentar do PS absteve-se, porque defende que os jovens açorianos devem recorrer à linha do Projecto de Vida.

No decorrer da reunião na Comissão, o Sr. Deputado Hélio Pombo tentou durante uma tarde ligar para a Linha Nacional do Projecto de Vida à qual nos respondeu sempre uma gravação a dizer que ligássemos mais tarde.

É este o serviço que o Partido Socialista quer prestar aos jovens açorianos?

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ana Carolina:

V. Exa., por quem eu tenho muita consideração, começa pela primeira vez a faltar à verdade nesta Câmara.

O Partido Socialista, através da minha intervenção de hoje, defendeu que uma linha aberta ou uma linha verde, ou da cor que a Sra. Deputada quiser chamar, deve ser criada pelo Núcleo Regional do Projecto de Vida e o Partido Socialista diz que isso deve ser assim, porque um dos objectivos do Projecto de Vida a nível nacional é alargar a linha verde a todas as localidades que sejam possíveis e a Sra. Deputada tem um parecer do Sr. Dr. Rocha Almeida que diz precisamente a mesma coisa, ou seja, a linha verde deve ser feita por pessoal especializado e que não se deve andar aqui a brincar às linhas verdes, uma por cada ilha e uma por cada concelho.

Essa é que é a realidade e foi por isso que o Partido Socialista se absteve neste artigo, tal como se absteve no outro, não porque quer que os jovens recorram à linha verde a

nível nacional, mas porque podem recorrer e talvez encontrem informação mais especializada do que aquela que possivelmente irão encontrar na futura linha verde.

O Partido Socialista defendeu hoje, e reafirma, que se deve criar uma linha verde, mas o Núcleo Regional do Projecto de Vida tem absoluta competência para o fazer e já devia ter tomado essa iniciativa. Foi isso que nós defendemos, está registado e os Srs. Deputados podem comprovar.

Presidente: Passemos à votação do n.º 3 do artigo 5.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O n.º 3 do Artigo 5.º foi aprovado com 26 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não faltei à verdade!

Folgo em saber que o Sr. Deputado Fernando Fonte mudou de opinião, porque na Comissão insistiu, por diversas vezes, que os jovens açorianos deveriam recorrer à linha nacional.

Por isso o Sr. Deputado Hélio Pombo, sempre prestável, telefonou toda a tarde.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu desejava recordar aos Srs. Deputados que estamos aqui a tratar de assuntos muito sérios. Não estamos aqui a brincar!

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

O Orador: Este assunto é muito sério e nós não estamos aqui a brincar.

A nossa postura neste debate tem sido sempre uma postura séria e pretendemos continuar a tê-la.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Essa é para mim?

O Orador: Não, é para os Srs. Deputados em geral.

A discussão deste diploma decorreu durante várias reuniões da Comissão.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Tenha a coragem de dizer as coisas olhando olhos nos olhos e não em apartes e com meias verdades!

O Orador: O Sr. Deputado pode dizer quais foram as meias verdades que usei em relação a si?! Não consigo perceber!

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que deixassem o Sr. Deputado Fernando Fonte concluir a sua declaração de voto.

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A discussão deste diploma decorreu ao longo de diversas reuniões.

Efectivamente, na primeira reunião que fizemos na Terceira, quando abordámos este diploma, falei na hipótese de recorrer à linha verde que já existia a nível nacional. Foi, porque me baseei no parecer do Dr. Rocha Almeida que dizia isto precisamente.

Vou ler o parecer do Sr. Dr. Rocha Almeida, desculpem mas tenho que ler agora.

Vozes da bancada do PSD: *Leia, leia!*

O Orador: "Dada as características próprias desse serviço vemos com alguma dificuldade a sua implementação na Região.

Quais os técnicos que irão prestar nesse serviço a sua preparação e disponibilidade?

Entendemos que se existe a nível nacional uma linha aberta a funcionar 12 horas por dia, directamente ligada ao Projecto de Vida, seria de aproveitar essa estrutura, devendo para esse efeito haver uma boa articulação com o Núcleo Regional do Projecto e Vida."

Foi isso que defendi na primeira reunião da Comissão.

Eu não sou especialista nessas matérias e se me entregaram um parecer de um técnico que diz isto, sendo esse parecer um dos primeiros que chegou à Comissão, eu achei razoável e nessa altura defendi isso.

Depois com o evoluir - confesso que evoluiu, já hoje defendi e nas outras reuniões já não me ouviu dizer isso - decidiu-se que ficava uma linha aberta na Região Autónoma dos Açores mais perto das pessoas. Mas para criar essa linha não é preciso vir um decreto legislativo à Assembleia Legislativa Regional, como está aqui. Bastava que o responsável pelo Núcleo Regional do Projecto de Vida a tivesse criado, porque tinha competência para o fazer. É esta a grande diferença.

Se os Srs. Deputados quiserem continuar a brincar com isto, brinquem!!

Deputado Victor Cruz (PSD): Nós não brincamos!

O Orador: Nós estamos a falar muito a sério.

Nós não estamos a fazer desta discussão um despique político nem um areópago de brincadeira.

Se querem levar a sério, nós estamos aqui para discutir as coisas a sério. Se querem fazer chicana política disso, não contem connosco, porque não vamos fazer isso!!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Apartes inaudíveis da bancada do PSD)

Presidente: Passemos ao Artigo 6.º.

Para este artigo, a Comissão propõe a eliminação da alínea c), bem como um acerto de redacção do título, ou seja, em vez de se ler "**funções do serviço**" passa a ler-se "**funções dos serviços**".

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração para a alínea c) foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Votemos de seguida as alíneas a), b), d) e e) do Artigo 6.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: As alíneas a), b), d) e e) do Artigo 6.º foram aprovadas com 26 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 de voto abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Artigo 7.º.

Para este artigo a Comissão propõe uma alteração que consiste na eliminação dos n.ºs 2 e 3 e propõe uma nova redacção para os n.ºs 1 e 4.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar o Artigo 7.º conforme proposta da Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada pela Comissão foi aprovada com 26 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 14 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do PSD quer que os toxicodependentes sejam atendidos com prioridade nos hospitais da Região.

O mesmo não acontece com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Ana Carolina:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista quer que os toxicodependentes sejam atendidos nos serviços de psiquiatria dos hospitais tal qual a Sra. Deputada.

O que entende é que para o fazer não precisa de um decreto legislativo regional nesta Assembleia.

Sra. Deputada:

O Núcleo Regional do projecto de Vida tem na sua composição, entre outras pessoas, o Director Regional da Saúde e o Director Regional da Segurança Social.

Se me vem dizer que ao nível desse núcleo esses directores regionais, responsáveis pelos departamentos da administração regional, não se conseguem entender para fazer com que no Hospital de Angra do Heroísmo, Ponta Delgada ou na Horta o serviço de psiquiatria atenda os toxicómanos que aparecem lá, muito mal vamos nesta Região.

Todos os pareceres que li aqui há bocadinho e que posso voltar a ler, apontam precisamente neste sentido, ou seja, todos os técnicos entendem que não é necessário criar mais nada para além daquilo que já existe nos serviços de psiquiatria dos hospitais.

A Sra. Deputada agora enveredou para esse esquema politiquero e eu tenho que rebatê-lo sempre com argumentos.

Presidente: Srs. Deputados, a Comissão propõe uma proposta de aditamento de um Artigo 7.º A.

Está aberta discussão sobre esta proposta de aditamento ao Artigo 7.º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como tive a oportunidade de referir na minha primeira intervenção, neste ponto estamos a analisar uma questão nova.

Efectivamente, na Região não existia a possibilidade de haver comparticipação para esse medicamento, para esse tipo de droga recente e que ajuda na recuperação dos toxicodependentes.

Quero lembrar que quando falámos neste assunto na Comissão, eu alertei que a Região não tem condições para alterar a comparticipação dos medicamentos. A Região não tem competência para o fazer.

Sendo assim, ao aprovar-se uma medida dessas, significa que este encargo passa a ser da Região e qualquer pessoa que for a uma farmácia comprar esse medicamento não tem o desconto directo e automático, que é normal nos outros medicamentos, mas sim terá que ir ao centro de saúde ou ao hospital receber o reembolso desse medicamento. De qualquer maneira, entendemos que essa é uma questão nova e é a única que vemos aqui que efectivamente não estava prevista e que interessa dar alguma cobertura.

É por isso que não temos nenhuma dificuldade em dizer que vamos votar favoravelmente essa proposta.

O PS vai votar favoravelmente, porque acha que é uma proposta correcta e que vem de alguma forma ajudar na recuperação dos toxicodependentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Homem de Gouveia.

Deputado Homem de Gouveia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Fonte:

Não quero entrar em discussões, mas penso que é necessário esclarecer que durante a reunião da Comissão, o Sr. Deputado pôs o problema que não era possível haver participação em qualquer que fosse a modalidade.

O Sr. lembra-se que foi exactamente por parte do PSD, pela nossa insistência, que isto passou a constar nesta iniciativa legislativa.

Realmente, conseguiu-se e estou convencido que se vai conseguir.

No entanto, se a participação é feita na farmácia ou no centro de saúde, é claro que isto não é a mesma coisa, mas é um passo em frente, porque a nível nacional, neste momento, não é participado.

Um desgraçado — nós temos que chamar desgraçado no sentido positivo da palavra — que está dominado pela droga e que de repente quer ver-se livre dessa praga, vai ao médico, neste caso ao psiquiatra, e ele passa-lhe uma receita, mas quando chega à farmácia e lhe pedem 30 contos para atender a um medicamento só, isto é um convite para ele reiniciar ou continuar na mesma situação.

Se nós não conseguirmos mais nada e conseguirmos isto, eu penso que já foi alguma coisa Sr. Deputado.

Numa situação destas, grave como é a toxicod dependência, estas questões de ordem política que temos estado aqui a discutir vão ter que ser relevadas para um plano secundário.

O Sr. desculpe, mas talvez devido à minha idade, eu tenho três netos que estão a aproximar-se da puberdade, e eu penso acima de tudo que eles estão a viver numa Região na qual, neste momento, nada se está a fazer nem para evitar, nem para tratar os toxicod dependentes.

Se se conseguir pelo menos recuperar um toxicómano através desta iniciativa, acho que é uma grande vitória e que valeu a pena.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria agradecer ao Sr. Deputado Homem de Gouveia a ajuda que me deu neste debate.

Efectivamente, ele acabou por reconhecer que tem 3 netos e que está preocupado porque não se faz nada nesta Região para combater a toxicod dependência.

A afirmação é sua, nós não diríamos nada ou talvez que pouco se está a fazer e como prova disso o PSD sentiu a necessidade de apresentar esta iniciativa legislativa.

Se o combate à toxicod dependência nesta Região fosse uma realidade palpável, possivelmente não estaríamos aqui a apreciar esta iniciativa legislativa.

Essa é a grande questão que está aqui subjacente.

Quanto à questão dos medicamentos, o que disse e reafirmo é que a Região não tem competência para alterar as comparticipações a nível nacional. Como é legislação nacional, nós não temos competência para o fazer.

Quanto à questão de ser a Região a comparticipar os medicamentos, o Sr. Deputado falou em dois ou três que tinham uma comparticipação diferente na Região e eu disse que não conhecia.

A questão acabou por ficar esclarecida e chegou-se à conclusão de que se há comparticipação diferente na Região, essa comparticipação é da responsabilidade da mesma e as pessoas são reembolsadas nos centros de saúde e não nas farmácias.

Essa questão ficou absolutamente esclarecida e suponho que não há dúvidas sobre essa matéria.

Quanto ao artigo que está em discussão, reafirmo que não temos nenhuma dificuldade em aprová-lo até porque, segundo declarações recentes da Sra. Ministra, esse medicamento passará em breve a ser comparticipado a nível nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia (Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de esclarecer esta Câmara, no que concerne a algumas afirmações feitas onde dizem que nada está a ser feito na Região em relação a esse flagelo, essa doença, ou seja, a droga.

É óbvio que esta matéria é séria demais para ironizar e brincar.

Os Srs. Deputados têm que fazer um esforço para, de alguma forma, situar o contexto das afirmações proferidas pelo Sr. Deputado Homem de Gouveia em relação ao tratamento, à componente secundária, ao medicamento novo que surge. Tal como ele referiu, se esse contributo em relação à comparticipação desse medicamento for significativo para combater esse mal, pois que se faça isso e muito mais.

No entanto, há aqui uma coisa muito diferente entre o "nada se fazer", que já foi dita muitas vezes nesta bancada e que eu gostaria de dar uns pequeninos exemplos.

É óbvio que se hoje fizermos alguma coisa, amanhã um pouquinho mais, isto não quer dizer que no dia anterior não se fez nada.

A questão da droga, como os Srs. sabem muito bem, é uma questão tão complexa que tudo o que se faça perante o evoluir desse flagelo pode ser considerado sempre pouco.

Há que ver que em 1993, nós dispendemos do orçamento regional no âmbito da prevenção primária, qualquer coisa como 2.240 contos. Em 1994, 9.165 contos. Em 1995, 25 mil contos e neste ano de 1996 dispendemos 43 mil contos.

Em relação a 1996, há algo importante que gostaria de frisar nesta Câmara, isto é, se nos anos anteriores o Projecto de Vida a nível nacional tem dado o seu contributo às execuções dos nossos planos e que são emanados do trabalho que é feito no Núcleo Regional do Projecto de Vida, neste ano, pela primeira vez, o Governo da República que é o vosso governo, ao Projecto de Vida não vai dar um tostão aos vários projectos que vão aparecer na Região.

Esses 43 mil contos vão sair única e exclusivamente do orçamento regional.

Esta é a prova daquilo que o Governo Regional tem feito através do núcleo regional, onde os vários intervenientes administrativos dos departamentos têm dado as suas aporções positivas para esse trabalhos e é esta a visão que os Srs. devem ter para estes problemas, dentro daquilo que tanto se apregoa a nível nacional e que agora, inclusivamente, se nomeia uma comissão coordenadora para usufruir das competências técnicas do Projecto de Vida a nível nacional, como se isso fosse trazer grandes melhorias ao projecto no seu todo e no seu funcionamento.

Era este o esclarecimento que gostaria de prestar a esta Câmara.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Um relatório da Direcção Regional de Saúde distribuído por V. Exa. relativamente à toxicodependência, no seu ponto n.º 7, ou seja, **a execução financeira**, dizia que em 1993 tinham gasto 2.240 contos e em 94, 4.608 contos.

Em relação ao ano de 1995 não tenho dados, por isso não posso contestar o que o Sr. disse agora.

O plano para 1996 tem 44.435 contos e propõe-se, entre outras coisas o, "financiamento de acções promovidas por jovens, associações, IIPS e ONG's..." — suponho que sejam organizações não governamentais no âmbito da prevenção primária das toxicodependências e aí poderíamos fazer tudo aquilo que temos vindo a

falar — "... o incentivo e o financiamento para a criação de dois centros de atendimento e aconselhamento dos toxicodependentes e famílias, articulação de medidas para a criação de unidades de desintoxicação que funcionarão junto dos hospitais da Região..."

Eu não estou a ler nenhuma proposta do Partido Socialista. Estou a ler o plano para 1996 aprovado nesta Câmara pelos Srs. Deputados.

Neste momento, talvez conviesse perguntar ao Sr. Secretário Regional o que é que já fez em relação ao que estava previsto?

Pensa que combater a toxicodependência na nossa Região, fazendo prevenção primária, é pegar nesses 44 mil contos e dar 1000 contos a Santa Maria, 1000 contos à Graciosa, 1000 contos a São Jorge, 1.500 ao Pico, 2.500 ao Faial, 400 às Flores, 200 ao Corvo e ficar ainda com 3000 não desagregado e também dar 25 mil para São Miguel e 8.500 para a Terceira?

Eu pergunto se se faz a prevenção primária da toxicodependência distribuindo verbas de 1000 contos por cada ilha?

Muito obrigado e gostava de ouvir as suas explicações.

Presidente: Srs. Deputados, chamo a vossa atenção de que estamos a discutir o Artigo 7.º.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia.

Secretário Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia

(Gaspar da Silva): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer a questão levantada pelo Sr. Deputado Fernando Fonte a qual carece de ser esclarecida.

Eu tenho na minha frente o plano de actividades (que é composto por várias folhas e do qual o Sr. fez uma boa leitura), mas com as várias acções desagregadas.

Portanto, tenho o plano em pormenor, aprovado e discutido no seio do Núcleo Regional do Projecto de Vida.

O campo da prevenção primária ocupa cerca de 90%, sendo o restante distribuído pela prevenção secundária e terciária.

Do campo da prevenção primária, fazem parte 15 projectos com 24 objectivos muito diferenciados. Se estiver interessado eu cedo-lhe uma cópia do que estou a ler.

Posso-lhe dizer que são projectos que têm a ver com outras entidades a nível da educação, saúde, etc.... desde o programa para a prevenção do álcool e tabaco para que tenham uma vida saudável, aos jogos "castelos de risco", ao apoio a produtos de escola, formação de professores e professores operadores, projecto "Viva a Escola", ou outros projectos ligados ao desporto como escalada e montanhismo, jogos desportivos escolares, criação de páginas na própria INTERNET, o curso jovem a jovem para a formação de classificadores, acções de formação para esse próprios classificadores, encontros de associações juvenis e o papel das mesmas no combate à prevenção primária, programas destinados aos pais, nomeadamente conhecidos por cursos pais a pais, estímulo à acção das IIPS e das ONG's na Região, alguns eventos como as comemorações do dia mundial contra a droga etc...

No campo da prevenção secundária e terciária, existe mais um conjunto de acções entre as quais já muitas dessas estão realizadas e é óbvio que outras se irão realizar até ao final deste ano.

Não são essas duas ou três referências que fez em relação ao que leu em termos genéricos ao plano, não são verbas desagregadas para esta ou para aquela ilha, porque muitas destas acções envolvem jovens de várias ilhas, mas sim há um plano integral que envolve várias entidades a partir do qual já se está a fazer o combate à droga de uma forma multidisciplinar, uma vez que intervêm variadíssimos departamentos, instituições e inclusivamente já existe neste momento instalada uma linha, que não a SOS, mas uma linha de atendimento num centro mercê de um projecto apresentado por uma instituição particular de solidariedade social e há um outro que está em vias de arrancar a curto prazo na Ilha Terceira.

Isto para dizer que há um conjunto de acções que já estão implementadas no terreno. Mercê de circunstâncias várias evolutivas, urge cada vez mais dar um outro contexto formal e é por isso que esta proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD é consentânea com essa realidade.

Há uma série de questões que estão a evoluir cada vez mais em relação a esse flagelo e que urge dar uma resposta, que tenha em termos substanciais outros contornos

legislativos regulamentares para um melhor e mais eficaz envolvimento entre essas entidades.

É isso que os Srs. ainda não perceberam e que temos feito um longo esforço durante este debate.

O debate sobre esta problemática tem que ser sério.

Muito obrigado.

Presidente: Terminada a discussão vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de aditamento para o Artigo 7.º A, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de aditamento para o Artigo 7.º A foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos ao artigo 8.º, para o qual há uma proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta de alteração para o Artigo 8.º foi aprovada com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passemos ao Artigo 9.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 9.º foi aprovado com 25 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Passemos à votação final global deste Projecto de Decreto Legislativo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado na globalidade com 26 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PP, 1 voto a favor do PCP, 13 votos de abstenção do PS e 1 voto de abstenção do Sr. Deputado Independente.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra a Sra. Deputada Ana Carolina.

Deputada Ana Carolina Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD tem uma postura séria e preocupada sobre o problema da toxicodependência.

O Grupo Parlamentar do PS provou que continua muito atrasado relativamente ao PS nacional.

Face ao chamado **novo fogo** que o Eng. António Guterres deu este fim de semana à problemática da toxicodependência, o PS Açores preferiu asfíxiar-se.

As boas intenções que o PS diz ter não passam disto mesmo e a prova está no resultado desta votação.

Esta era uma questão que merecia o envolvimento de todos nós.

Infelizmente os jovens dos Açores só podem contar com alguns.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os jovens dos Açores podem contar com o PS na luta contra a toxicodependência, hoje, amanhã e em qualquer situação.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Menos ao fim de semana!

O Orador: Que isto fique bem claro!

Se houve alguém que teve uma postura séria nesta Assembleia, durante a discussão deste diploma, fomos nós.

Disso também parecem não restar dúvidas.

Fundamentámos devidamente todas as nossas posições e mais importante do que vir aqui fazer afirmações de intenções que nem sempre sabemos se vão ser concretizadas ou não, é ter a coragem de vir aqui votar contra essa vossa proposta, porque ela era demagógica e dizer em alto e bom som que tudo aquilo que vocês pretendiam fazer já deveria ter sido feito pelo Núcleo Regional do Projecto de Vida e está previsto ser feito pelo Plano Regional de Saúde. O que é preciso é pôr essas entidades a trabalhar e dar cumprimento àquilo que está estipulado.

Sra. Deputada:

É preciso ter coragem para vir a esta Câmara e dizer isto com esta frontalidade e não vir aqui fazer apelos sensacionalistas junto dos jovens.

Os jovens sabem quem é que neste momento fala verdade e quem está ao lado deles.

Não é com intenções pias, nem com demagogias fáceis como as que Vs. Exas. vieram apresentar hoje, propor aos serviços coisas que já deveriam estar a funcionar, que vão enganar os jovens.

Os jovens podem ter problemas, mas não são parvos e saberão ver a seu tempo quem tinha razão e quem está com eles.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Como dissemos na nossa intervenção, pensamos que se outra utilidade não teve esta discussão que ocorreu aqui durante esta tarde, teve pelo menos o condão de contribuir para se falar na toxicodependência e nos problemas relativos a ela.

No entanto, para além disto, o Governo Regional ficou incumbido de mais responsabilidades na nossa maneira de ver.

O nosso voto é para que o Governo Regional seja capaz de cumprir as responsabilidades de que o Grupo Parlamentar que o apoia aqui propôs e que foi votado favoravelmente por nós.

Em relação a esta matéria, quero lembrar que há 4 anos, exactamente no fim do mandato, também por proposta do Governo Regional, aprovou-se apoios aos portadores da doença do machado que têm sido concedidos em certa medida, mas nalguns casos a legislação que foi aqui aprovada não tem sido cumprida em toda a sua extensão e profundidade.

Esperemos e desejamos que a legislação que aqui acabámos de aprovar seja efectivamente levada de imediato até às suas últimas consequências.

É preciso não esquecer que cumpre neste momento à governação sensibilizar a população escolar para este grave problema.

É preciso não esquecer que é necessário haver consultas diferenciadas para os toxicodependentes.

É necessário não esquecer que foi consignado o internamento para a desintoxicação.

É preciso não esquecer que foi aprovada a comparticipação de determinado medicamento para estes doentes.

É fundamentalmente necessário a partir de hoje, que todos nós que aqui assistimos a esta discussão tenhamos consciência de que isto é para ser posto em prática.

Eu quero acreditar que isto vai ser posto em prática a bem da sociedade açoriana, contra aqueles que vendem droga nesta Região, contra aqueles que por meios ilícitos, injustamente, corrompem a nossa juventude e para terminar a bem dos jovens que incautamente são transviados para caminhos cujas consequências aqui também apreciámos.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A apreciação deste diploma teve, eventualmente, alguns desvios no debate que aqui foi produzido, mas julgo que todos nos entendemos à luz do período pré-eleitoral que se vive.

Apesar de termos votado favoravelmente a proposta presente, queríamos reconhecer a forma construtiva, sob o nosso ponto de vista, como o Deputado Fernando Fonte conduziu a sua participação, em nome do Partido Socialista, durante este debate.

Reconhecemos que a matéria e todos os caminhos que estiveram na base do aparecimento deste diploma poderiam justificar as apreciações que foram apresentadas nesta Assembleia pelo Deputado Fernando Fonte.

Temos consciência de que a aprovação deste diploma é um pequeno contributo para um co-problema que a todos nos aflige.

Também temos consciência de que se eventualmente o Governo soubesse, em tempo muito anterior ao momento actual, pôr em prática algumas das acções que aqui estão recomendadas, estaríamos hoje a pensar no desenvolvimento dessas mesmas e não estaríamos numa fase tão primária de combate a esse malefício social.

Julgo que ficou claro durante este debate que a iniciativa deste diploma tem pelo menos este mérito, ou seja, pôr fim a uma missão elementar do Governo Regional.

De resto, o documento aqui lido pelo Sr. Deputado Fernando Fonte, vem exactamente demonstrar isso, o próprio Governo tinha nos seus objectivos atingir muito do que agora foi estabelecido.

Se o Governo o tivesse atingido, provavelmente não haveria necessidade desta iniciativa das bancadas parlamentares.

Sendo assim, fica aqui o mérito desta Assembleia fazer um esforço para melhorar os aspectos elementares de resposta aos serviços públicos da Região neste tipo de doentes que infelizmente existem no nosso meio.

O nosso voto de aprovação, tanto na generalidade como na especialidade a este diploma, encerra a esperança de que isso possa ter utilidade para os Açores.

Presidente: Peço à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais que proceda à redacção final do diploma.

Srs. Deputados, vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem do dia que se refere ao "**Relatório sobre a Prevenção da Sida na Região Autónoma dos Açores**"

A Comissão de Juventude e Assuntos Sociais pretende apresentar o respectivo relatório?

(Pausa)

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relator da Comissão, o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, vai apresentar o respectivo relatório.

Presidente: Peço ao Sr. Deputado Aurélio da Fonseca para fazer o favor de apresentar o relatório à Assembleia.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"A Comissão da Juventude e Assuntos Sociais, reunida na Delegação da Assembleia Legislativa Regional, em Ponta Delgada, de 6 a 10 de Maio, na sequência da Resolução nº 2/96 - Prevenção da Sida na Região Autónoma dos Açores, elaborou o relatório que se segue.

Para melhor apreensão de toda a problemática deliberou solicitar ao Governo Regional informação sobre o assunto, em apreço, tendo recebido numerosa documentação, compilada em quatro tomos, que ficarão arquivados nos serviços da Assembleia Legislativa Regional para eventuais consultas.

CAPÍTULO I

SITUAÇÃO ENTRE 1993 E 1995

Sendo o Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, conhecido por SIDA, de forma abreviada, um dos problemas mais preocupantes, a nível mundial, no campo da saúde pública, dadas as suas consequências sociais, psicológicas e económicas que afectam, não só o paciente, como também o seu agregado familiar e a comunidade em que se insere e verificando-se a urgência em serem tomadas medidas conducentes, por um

lado, à prestação dos cuidados de saúde indispensáveis e por outro, à promoção de informação e formação adequada que fomente atitudes, comportamentos e estilos de vida contrários à segregação social, e, acima de tudo, mais de acordo com uma auto-estima e uma preservação dos valores morais, éticos, culturais e sociais, que não podem ser escamoteados, dada a sua universalidade e perenidade, constituíram-se Comissões, a nível nacional e regional, a quem foi cometida a condução de todo este processo.

Nos Açores, com as especificidades que lhe são reconhecidas e das quais a dispersão geográfica é característica dominante, pela descontinuidade territorial que lhe está subjacente, o Governo cria através do despacho 93/19, de 7 de Setembro, do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social, a Comissão Regional de Luta Contra a Sida, na procura de uma acção consertada neste campo entre a Educação, Saúde, Segurança Social e Reinserção Social a que se irá juntar a Juventude, por despacho SRSSS 94/5, de 15 de Março.

Com vista a uma intervenção mais eficaz e descentralizada, que envolva um maior número de pessoas e instituições fica desde logo prevista a criação de Núcleos de Ilha e/ou Concelhios.

Da análise do material colocado à disposição da Comissão ressalta, em primeiro lugar, a criação dos ditos Núcleos, a saber, Regionais Técnicos, a nível dos Hospitais e Operacionais Concelhios, estes últimos em número de 19, nos concelhos das 9 ilhas e na área de influência dos Centros de Saúde.

Chamados a ter papel preponderante, pessoal da Educação, Saúde e Juventude, Autarcas, Pais e Encarregados de Educação, Assistentes Sociais e Técnicos de Reinserção Social, entrosam esforços que procuram o envolvimento da comunidade a nível cultural, económico, social e político com vista a uma actuação que abranja a população, em geral e as crianças e jovens em particular.

Desta conjugação de esforços resulta toda uma série de medidas e/ou acções concretas que, no período compreendido entre 1993 e 1995 se caracterizam de entre outras, por:

- Cursos de Formação, nomeadamente de Formadores, como por exemplo, sobre "Programas de Intervenção junto da Comunidade", "Programas de Prevenção da

Sida", "Infecção pelo HIV e SIDA", "Formação de Núcleos Regionais de Luta Contra a SIDA", com colaborações várias, como as da Comissão Nacional de Luta Contra a Sida e da Sociedade Portuguesa de Psicologia Comunitária;

- Comemoração do "Dia Mundial de Luta Contra a Sida";
- Concursos, como o das "Tiras de Banda Desenhada";
- Concertos de Jazz e Rock, como os do Mário Laginha e Maria João;
- Feitura de pinturas murais com posterior transposição das melhores para colecções de postais ilustrados;
- Contactos com o Projecto Vida, Abraço e Patriarcho;
- Publicação de Panfletos e folhetos informativos e de sensibilização como "O que deve saber sobre Sida", "Os Jovens e a Sida", "As Mulheres e a Sida" ou "Os Homens e a Sida";
- Tratamento da Temática em 24 turmas da rede de ensino, na Área Escola;
- Criação de 8 clubes Anti-Sida, dada, nomeadamente, a maior facilidade de aproximação que os jovens têm entre si para um melhor passar da mensagem;
- Elaboração de um Dossier Pedagógico de Sida, destinado ao pessoal docente;
- Rastreio da doença e sensibilização dos reclusos nos estabelecimentos prisionais;
- Publicação do Boletim Epidemiológico da Sida nos Açores;
- Efectivação de marchas contra a Sida, corridas de estafetas e outras actividades inseridas nas festas dos concelhos;
- Distribuição de T-Shirts, Bonés de Pano, Faixas ou Bases para copos, estas últimas nos locais de diversão nocturna;
- Elaboração e efectivação de inquéritos escolares;
- Concepção e distribuição de calendários escolares;
- Divulgação e informação através dos órgãos de comunicação social, com spots publicitários, campanha " Quem conhece os sinais pode proteger-se" entrevistas ou mesas redondas, por exemplo;
- "Semanas da Vida" ou " Semanas de Luta contra a Sida" levadas a cabo nos concelhos rurais;
- Participação nas " Jornadas Médicas Atlânticas";

- Envolvimento das Associações de Pais e Encarregados de Educação e de Estudantes, tanto no Ensino Básico como no Secundário;
- Reuniões aos mais diferentes níveis e com variados intervenientes, visando, de entre outros objectivos:
- Levantamento das capacidades laboratoriais dos hospitais;
- Uniformização de protocolos terapêuticos e clínicos;
- Notificação obrigatória do HIV+ e da SIDA;
- Apoio social e psicológico;
- Aquisição de Citómetros de Fluxo;
- Avaliação das atitudes perante o doente seropositivo e/ou com Sida, no âmbito do combate à intolerância, por exemplo;
- Formação ética com vista a evitar a potencial discriminação da sociedade face aos doentes infectados ou a quebra de confidencialidade dos diagnósticos de seropositividade, por parte dos técnicos.

Em 1995, é anunciada pela Secretaria Regional da Saúde e Segurança Social, a inclusão no Plano de Saúde da Região, de um "Programa da Sida" a par de um "Programa Oncológico Regional".

Às dúvidas levantadas pela Coordenadora da Comissão Regional de Luta Contra a Sida, acerca da manutenção ou não, por parte da mesma, das atribuições e competências que lhe tinham sido cometidas antes da criação do novo programa, responde o Titular da Pasta, em reunião com as partes interessadas e à Comunicação Social, alegando que, enquanto o "Programa da Sida" visa acções no âmbito dos Serviços de Saúde, à Comissão Regional de Luta Contra a Sida continua a ser cometida a realização de actividades respeitantes às áreas de prevenção e educação públicas.

Com o lançamento a nível nacional da campanha de Verão "Europa contra a Sida/95", surge novo diferendo entre a Comissão Regional de Luta Contra a Sida e a respectiva Tutela, desta feita quanto à sua implementação ou não, tal como foi concebida, na Região Autónoma dos Açores.

Às acusações de que foi alvo neste processo nomeadamente, por parte dos responsáveis da Secretaria Regional, como, por exemplo, de que a Comissão estaria a

ser "uma caixa de correio ou serviço distribuidor de propaganda nos Açores da Comissão Nacional", respondeu a Coordenadora da mesma, alegando não ver inconveniente na aplicação aos Açores do que considerava estar tecnicamente correcto, para mais sem custos acrescidos e invocando falta de recursos técnicos especializados e de meios financeiros adequados para a concepção e produção de programas e projectos próprios.

A 18 de Julho de 1995 pede a sua demissão.

A 21 de Julho, do mesmo ano, a mesma é aceite pelo departamento governamental respectivo que alega falta de cumprimento por parte da visada, do estipulado no despacho SRSSS/93/19, nomeadamente, por não ter desenvolvido uma acção dinâmica e coordenada com os núcleos concelhios, adaptada à realidade regional e com a criatividade indispensável à concepção de programas e projectos aferidos à mesma. Mais invoca a falta de apresentação do programa de actividades para 1995, custos respectivos e balanço de 94, salientando o atraso verificado na efectivação das diligências para obter apoio financeiro nacional, conseguido, em última instância por intervenção directa do Secretário Regional.

Posto isto resta-nos acrescentar que a Comissão Regional de Luta Contra a Sida foi dotada com uma verba de 5 mil contos.

Teve outros apoios, como refere a Coordenadora Regional, por parte, por exemplo, das Direcções Regionais da Educação, Assuntos Culturais, Juventude e Educação Física e Desporto, do Instituto de Acção Social e da Comissão Executiva para o Ano Internacional da Família.

A sua actividade encerrou-se com o montante de esc. 4.744.467\$00 requisitados e com um saldo de esc. 715.074\$80 que transitaram para a nova "Comissão Regional da Prevenção e Controlo da Sida", criada pelo despacho SRSSS/96/4, de 13 de Fevereiro, que revogou o despacho SRSSS/93/19, de 7 de Setembro.

Em fase de aquisição e instalação encontram-se dois Citómetros de Fluxo destinados aos Hospitais de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada. O Hospital da Horta optou por canalizar os doentes para o Hospital de Angra do Heroísmo, ultrapassado que foi o problema do transporte aéreo com a SATA, reservando a verba que lhe foi igualmente consignada para a compra de outro equipamento que lhe fazia mais falta.

Muito embora a verdadeira dimensão epidemiológica da Sida na Região Autónoma dos Açores não esteja ainda estabelecida, um primeiro levantamento efectuado apontava, em 1995, para a existência de 27 doentes com Sida e 18 seropositivos, tendo-se verificado a ocorrência de 18 mortos como consequência da contracção da dita doença. A serem seguidos em regime ambulatorio encontravam-se, igualmente em 1995, 13 doentes no Hospital de Angra do Heroísmo, 6 no de Ponta Delgada e 5 no da Horta, num total de 24.

Salienta-se que a esmagadora maioria dos casos mencionados reportam-se a indivíduos que contraíram a doença fora da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, provenientes dos Estados Unidos, Canadá e Continente Português. A situação actual tende a agravar-se com a vinda dos chamados "repatriados", em grande número já contaminados, referenciando-se ultimamente mais 10 destes casos.

CAPÍTULO II

SITUAÇÃO EM 1996

Pelo despacho SRSSS/96/4, de 13 de Fevereiro, foi reestruturada a Comissão Regional de Luta Contra a Sida, que passou a dominar-se Comissão Regional de Prevenção e Controlo da Sida.

Com esta medida visa o Governo aperfeiçoar o sistema já existente na Região Autónoma dos Açores, na procura de uma resposta mais consentânea com os desafios que agora se nos colocam e em sintonia com os valores éticos, culturais, tecnológicos e sociais que são nosso apanágio e que se impõe salvaguardar.

A descentralização das acções e uma melhor gestão das iniciativas a nível local, levaram igualmente, à criação de Núcleos Clínicos e de Núcleos de Ilha.

Desde a sua nomeação até à presente data foram efectuadas no âmbito da informação e formação como forma de prevenção da Sida e da diminuição da sua expansão, todo um conjunto de acções de que se destacam, a título informativo:

- Sensibilização de:
- Pais e Encarregados de Educação;

- Pessoal recrutado nos Quartéis de São Miguel e de Angra do Heroísmo, sobre Sida e Hepatite B;
- Alunos de diversas escolas em regime diurno ou nocturno, dos Ensinos Básico, Secundário e Superior;
- Juntas de Freguesia;
- Acções de Formação para:
- Lions Club de Santa Maria;
- Alunos e pessoal de enfermagem da Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada;

Tendo sempre presente a necessidade da não discriminação dos doentes com Sida, da promoção de acções específicas para determinados grupos, da prevenção no tocante ao problema da transmissão da doença, da prestação dos cuidados de saúde mais adequados e da informação da população em geral, propõem-se a Comissão e Núcleos, recém criados, a não descurar, de entre outras:

- A acção prioritária junto das Escolas destinada às mais de 50.000 crianças e jovens em idade escolar;
- A actuação junto das Juntas de Freguesia e Casas do Povo, Centros Paroquiais, Estabelecimentos Prisionais, Exército e Marinha, Associações Desportivas e Recreativas, Centros de Acolhimento e Reinserção Social, etc.;
- A distribuição de documentação didáctica, a implementação de concursos e a participação em actividades desportivas, recreativas e culturais, a promoção de encontros regionais e a apresentação de exposições como a "SIDAdania";
- A sensibilização do pessoal da Saúde e deste à Comunidade em geral, com incidência, por exemplo nos grupos de risco, junto das jovens ou mulheres em idade fértil, abrangendo tanto os escolarizados como os não escolarizados;
- O recurso ao apoio dos Órgãos da Comunicação Social através, nomeadamente, de encontros, programação de acções de campanha audiovisual, distribuição generalizada de documentação didáctica e designação, já efectuada de uma Jornalista para assessora para a Comunicação Social da Comissão Regional de Prevenção e Controlo da Sida para os contactos permanentes que pretende manter.

Ponta Delgada, 10 de Maio de 1996.

O Relator: *Aurélio Franco da Fonseca*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: *Rui Carvalho e Melo*"

Disse.

Presidente: Informo os Srs. Deputados que o Grupo Parlamentar do PSD assume o relatório da Comissão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

Pedi a palavra para fazer duas observações em relação ao relatório e à realidade que aqui se trata, ou seja, a Sida na Região Autónoma dos Açores e também para fazer algumas observações em pormenor para ajudar a algum esclarecimento da Assembleia, embora a leitura do longo relatório a tenha estimulado pouco, no sentido de que esta se debruce mais sobre este assunto, mas não será por isso que deixarei de fazer as observações que julgo serem pertinentes.

Em primeiro lugar, gostaria de chamar a atenção para o conteúdo da Proposta de Resolução sobre a qual tenho algumas dúvidas, isto é, se foi tida com muito cuidado na elaboração do relatório.

Lembro que a Proposta de Resolução aprovada nesta Assembleia, previa que se efectuassem as diligências necessárias para o conhecimento cabal de todos os aspectos e circunstâncias relevantes que, do ponto de vista dos recursos humanos, financeiros, técnicos e organizativos, caracterizaram na Região em 93, 94 e 95, a actuação do combate e prevenção da Sida, particularmente as campanhas de verão e programa para o ano em curso.

Faço notar por exemplo um pormenor em relação à campanha de verão. Para o ano em curso não há qualquer alusão no relatório. Estava subentendido que haveria interesse em tomar esse conhecimento, exactamente porque sabemos de problemas ocorridos na campanha de verão em anos anteriores.

Em relação aos outros aspectos, de facto, pela leitura do relatório creio que não se fica suficientemente informado sobre os recursos humanos que estiveram envolvidos em qualquer um desses anos.

Neste momento, eu não sei quais os elementos que integram por exemplo a Comissão de Luta Contra a Sida, ou agora com o novo nome que tem.

Portanto, não se fica com a ideia dos recursos humanos que estiveram envolvidos na actuação das comissões, núcleos, etc., etc....

Dos recursos financeiros sabemos menos ainda. Há uma referência no relatório aos recursos financeiros da primeira comissão, os quais seriam de 5 mil contos. Se bem se percebe, essa comissão teria utilizado uma parte desse dinheiro e teria devolvido outro tanto. Mas em relação a outros anos, não há nenhuma informação a esse respeito e, nomeadamente este é um aspecto que terá interesse para o ano que vai seguir-se, isto é, que recursos financeiros estão disponíveis.

Também não sabemos se esses recursos financeiros continuam a ser os recursos nacionais ou se há a introdução ou não de recursos regionais.

Na minha opinião, se estes aspectos foram abordados, seria de todo o interesse fornecer a esta Câmara informações para que ela fique com um conhecimento satisfatório, pelo menos daqueles aspectos que a Assembleia aprovou como devendo constar no relatório.

Em relação a recursos técnicos e organizativos, há uma referência a recursos técnicos especializados que são invocados como tendo faltado à primeira comissão da Sida.

Em seguida, há uma referência a aspectos tecnológicos, ou seja, a preocupação da sintonia da actuação da comissão de prevenção da Sida, tendo em conta os recursos tecnológicos da Região, mas ficamos um pouco sem saber o que haverá nessa matéria, embora haja referências a um ou outro instrumento de carácter de análise de questões da Sida, suponho eu.

Julgo que para nenhuma dessas questões há informação suficientemente sistematizada, pormenorizada e ela é precisa para nos dar a ideia daquilo que efectivamente se pretendia.

Outro aspecto que também pretendo frisar, diz respeito à realidade da Sida ou do combate e prevenção da mesma.

Há aqui - todos nós conhecemos e o relatório informa - um momento crucial em toda esta problemática, isto é, a passagem da primeira para a segunda comissão de prevenção da Sida.

Há mudanças de nome, de pessoas, mas há também o juízo que a entidade responsável titular faz sobre a actuação da primeira comissão, uma referência à falta de adaptação à realidade regional que é uma actividade indispensável à concepção de programas e projectos referidos à mesma. Há esta crítica e há, digamos, um juízo oficial que nós não podemos ignorar em relação ao que foi feito pela primeira comissão da Sida. O primeiro Governo diz que não foi satisfatório.

Sobre este aspecto e em relação à eficácia, poderíamos ficar por aqui, mas há a pretensão de que a nova comissão que mudou de nome, tal como disse, e de pessoa, faça-o tendo em conta esses valores que a outra não teria tido. Concretamente diz-se: "... uma resposta mais consentânea com os desafios que agora se nos colocam e em sintonia com os valores éticos, culturais, tecnológicos..." — estes são um bocado surpreendentes, mas estão cá, é possível que estejam no texto oficial — "... e sociais que são nosso apanágio e que impõem salvaguardar".

Acontece que da leitura do relatório, não conseguimos perceber nas acções, no tipo de envolvimento que tem dado, em todo o tipo de actividade e em todas as medidas tomadas que haja qualquer diferença, que haja alguma diferença ou que haja indiferenças substanciais, sobretudo em relação àquele aspecto que era referido como fulcral, que era a razão para uma nova comissão contra a Sida e que esta sintonia era melhor com as características regionais.

O entendimento dessas características é sempre susceptível de polémica, mas seria de esperar que esse aspecto que esteve na origem do conflito e na substituição de pessoas, estivesse mais claramente reflectido neste relatório.

Eu poderia dizer, neste aspecto de conjunto, que se a realidade da luta contra a Sida nos Açores é má, se a realidade não é essa, então o relatório é mau, porque não traduz a realidade que se pretendia.

São estas as observações de conjunto.

Em relação a observações de pormenor, continuam a verificar-se algumas questões por exemplo onde não há o conhecimento da verdadeira dimensão epidemiológica da Sida na Região e os números parecem traduzir isso.

Eu lembro-me que - citando um documento que tinha na altura - os números de infectados pela Sida na Região, fornecidos por um técnico, eram dados como 70. Aqui aparecem outros números, aparecem números contraditórios.

Dá-nos a impressão que não se sabe muito como lidar com essa realidade.

Para além disso, faz-se aqui uma referência ao Hospital da Horta que decide fazer determinada coisa, quando os outros dois hospitais decidem fazer outra.

Dá a impressão - pode ser só impressão resultante da leitura do texto - que cada hospital vai gerindo as coisas como mais ou menos entende, autonomamente, e sem grande coordenação. É pelo menos aquilo que parece traduzir a forma como a redacção está feita.

Há aqui um outro aspecto que me parece preocupante, ou seja, esta explicação do número de casos da Sida, depois de se confessar que se conhece a situação epidemiológica da Região nesse aspecto, aponta-se muito claramente como principal origem do número de infectados aqueles que vêm do exterior.

Na minha opinião, esta é uma atitude desculpabilizante, excessivamente desculpabilizante, sobretudo quando conjugada com esta ignorância, porque é mais fácil atribuir essa situação.

É uma tentação fácil e leva a menosprezar os meios para "ataque" à doença, porque essa atribuição refere que o problema vem do exterior. Parece haver aqui — eu digo parece sem querer, pondo nesse **parece** tudo o que ele tem de dubitativo — a cedência a uma preocupação, não sabendo bem o que há na Região, ou seja, há muitos casos, mas estes são mais do exterior do que propriamente questões regionais. Fala-se também aqui na sobreposição e que terá estado na origem de desentendimentos em relação à primeira comissão, ou seja, a inclusão no plano de saúde da Região do programa dedicado à Sida e a manutenção da própria comissão de prevenção e luta contra a Sida.

O modo como isso tem sido coordenado não nos parece muito claro.

Basicamente, seriam estes dois aspectos, o não se ter chegado àquilo que se pretendia efectivamente, isto é, o conhecimento mais pormenorizado, mais acompanhado e mais perto da realidade nesses aspectos que foram referidos, e sobretudo o facto de que entre a primeira comissão da Sida e a segunda não parecer ter havido grande diferença na actuação, embora tenha acontecido aquilo que todos nós conhecemos.

Resumidamente, eu diria que se este relatório traduz a realidade do combate à Sida na Região, quando se quis transpor para aqui apenas aquilo que se fazia a nível nacional, o próprio Governo não ficou satisfeito, mas quando se quis fazer algo mais a nível regional, esse algo mais não aparece nas acções de 95 e 96.

Nomeadamente, gostaria de saber se há conhecimento ou não, porque é um aspecto importante em relação à campanha de verão de 96, pois era um assunto que explicitamente se pedia informação e não há nenhuma alusão no texto do relatório.

Com estas observações, termino.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca para prestar esclarecimentos.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, Sr. Deputado Dionísio de Sousa:

Só para lhe dizer com humildade que o trabalho que aqui está, resulta de um grande esforço que a Comissão fez no resumo de 4 tomos, que estão aqui nesta Casa à disposição de V. Exa. ou de qualquer outra pessoa que se queira inteirar e aprofundar em maior pormenor sobre esta matéria, tanto em relação aos anos de 93 a 95 como a 96.

Como disse e muito bem, este é um relatório e portanto como relatório que é, não poderia ser uma enumeração exaustiva daquilo que está em 4 tomos, dos quais se procurou dar uma imagem aproximada mas adequada àquilo que é um relatório.

Se quiser aprofundar mais este tema e saber mais pormenores e números, queira V. Exa. ou qualquer outro membro desta Casa ou outra pessoa interessada, consultar nos serviços próprios desta Assembleia este grosso manancial que a Comissão procurou, efectivamente com muito esforço, traduzir para este relatório. Mesmo assim tem 10 páginas e foi acusado de ser "maçudo", mas foi o melhor que se pôde fazer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Longe de mim, e parece que foram entendidas nesse sentido as minhas palavras, querer diminuir o trabalho feito, o esforço, o mérito e o interesse que tem o relatório.

Apenas chamei a atenção para algumas coisas que não me parecem claras e que talvez pudessem — pensava eu inicialmente — ser completadas e que ajudariam a fazer aquilo que o nosso Regimento diz que deve ser um relatório, ou seja, informar em pormenor ou profundidade sobre aquilo que se faz no mesmo. Eu estou a citar quase textualmente as palavras, mas resumidamente.

Parecia-me que não seria excessivo pedir que em relação aos recursos financeiros, por exemplo, nos indicassem quais os recursos financeiros que estão a ser desenvolvidos pela Região, neste momento, no combate à Sida, se for possível em relação a esses anos, se não for pelo menos para 96.

Se há campanha contra a Sida ou não neste verão de 96, na Região?

Julgo que se pudessem responder a estas duas perguntas seria útil, estaria dentro dos limites daquilo que foi dado e mais uma vez volto a reafirmar que não tive qualquer intenção em diminuir, menosprezar ou qualquer outro tipo de atitude desse género em relação ao relatório.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Melo.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar uma pequena informação.

Estou plenamente de acordo com o Sr. Deputado Dionísio de Sousa. O relatório poderia ter sido mais aprofundado.

Como o Sr. Deputado sabe, a sessão do mês de Junho foi marcada no decorrer desta sessão e a Comissão da Juventude fez um grande esforço para trazer a este plenário de Maio o relatório sobre a "Prevenção da Sida".

Como também sabe, pois já foi dito pelo Sr. Deputado Aurélio da Fonseca, foram consultados quatro dossiers de apoio, os quais são enormes e alguns deles, devido à sua natureza técnica e para dizer a verdade, nós não sabemos interpretar, mas ficou uma promessa e um entendimento na Comissão, isto é, a Comissão irá visitar a Ilha

de São Miguel no final deste mês e vai agendar uma reunião com a nova comissão de acompanhamento da prevenção da Sida.

Nesta altura, teremos em atenção esses seus alertas a fim de, pelo menos em relação ao que se vai fazer durante este ano e para o futuro, termos um maior número de elementos possíveis que serão transcritos no relatório ao abrigo do artigo 119.º que irá ser lido nesta Casa.

Isto para frisar que da parte de todos os deputados que pertencem à Comissão, tanto do PSD, do PS como da Representação Parlamentar do Partido Comunista, há um empenho em aprofundar essas questões.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Estamos a tratar de um assunto que mereceu um relatório o qual foi aprovado na Comissão por unanimidade e que representa, fundamentalmente da parte do relator que se ocupou dele, um trabalho esforçado, no sentido de resumir a documentação que nos foi apresentada. Esta é uma realidade que pretendemos manifestar.

Por outro lado, o facto de hoje estarmos a analisar este documento também deve ser salientado.

Porém, pretendo lembrar ao Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral, que posso ter percebido mal a intervenção que fez de manhã, mas deu-me a impressão que ele estranhava o facto do documento não ter sido analisado. Pelo menos foi a interpretação que eu obtive das palavras de V. Exa.

Afinal, estamos aqui a analisar o relatório, a procurá-lo aprofundar e estou convencido de que o Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral ainda não leu os livrinhos que aqui estão, mas se por acaso ainda não o fez, eu como já os li, terei muito prazer em emprestá-los para que durante a próxima semana os possa ler e voltar a fazer mais uma intervenção em 11 de Junho sobre a matéria. Se ainda quiser aprofundar a matéria, dará para nova intervenção e muitas outras.

Eu não estou a brincar com estas coisas.

Quando há pouco interpretei as palavras do Sr. Deputado, interpretei-as com pena, porque estou convencido que os 13 deputados que estiveram a trabalhar sobre esta matéria fizeram algum esforço no sentido de se inteirarem.

É evidente que também penso que poderia ter havido um pouco mais de cuidado.

Aliás, o Sr. Presidente da Comissão há pouco voltou a reafirmar a possibilidade de, se for possível, na visita a São Miguel segundo creio, podermos encontrar com as pessoas que estão ligadas à luta contra à Sida.

Efectivamente, é mais um passo e são passos que na minha opinião temos o dever de dar, para que nunca se esgote esta matéria.

Esta matéria com o evoluir da situação é complicada, temos que a relacionar com a toxicodependência, porque elas relacionam-se.

É uma matéria, aliás como vem escrito no relatório, que temos que a relacionar com aspectos ligados àqueles indivíduos que têm sido expulsos dos Estados Unidos e do Canadá e que têm vindo para esta Região e nalguns dos casos, segundo os técnicos, tem sido detectada a doença.

É uma matéria susceptível, dada as próprias complicações da doença, mas também porque estamos a tratar com pessoas que têm que ter o nosso respeito e a nossa solidariedade.

Este é outro aspecto fundamental, porque não se pode de modo nenhum pensar em isolar essas pessoas num "gueto", marcá-las pelo facto de elas terem essa doença.

Estas pessoas são pessoas como nós e têm que ser respeitadas e recebidas no nosso seio, apesar dos problemas da doença e apesar de tudo, mas mais do que isso, têm que ser compreendidas exactamente pelo facto de serem doentes e de terem uma doença com a complicação que tem a Sida.

De qualquer modo, e que isto não seja interpretado como crítica, pensamos que embora exista esta Comissão e o trabalhos a nível de núcleos de ilha e de concelho, pensamos que o trabalho em relação ao combate à Sida tem que ser muito mais aprofundado, tem que ser conhecido, tem chegar mais às populações, tem que avançar muito mais.

Toda a nossa população, de um modo geral, tem que saber o que é que se faz nesse sentido e, como prevenção, tem que haver conhecimentos mais profundos de toda a população da nossa Região em relação a esta matéria.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Poderíamos continuar porque esta matéria, como disse há pouco, tem muito que se lhe diga e em nosso entender, é necessário todos nós estarmos sensibilizados para o combate à Sida na Região Autónoma dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Fonte.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar um esclarecimento ao Sr. Deputado Dionísio de Sousa que poderia dá-lo em privado, mas faço questão em deixar registado na Câmara, porque me parece de elementar justiça ressaltar o trabalho empenhado e o esforço feito pelo relator deste relatório sobre esta matéria.

Efectivamente, nós recebemos 4 volumes que já foram aqui exibidos.

4 volumes com informação muita dela manuscrita — como terá a oportunidade de ver — não ordenada, papéis manuscritos intercalados com fotocópias, com actas, no mais puro desordenamento. Só ordenar esses papéis para tentar fazer alguma coisa, já é uma tarefa difícil.

Algumas das questões que o Sr. Deputado Dionísio de Sousa pretendia ter informação, nós não conseguimos descortinar a mesma nesses papéis que nos foram fornecidos.

Efectivamente, temos consciência de que é preciso obter mais dados sobre essa matéria, mas isso só será possível com uma futura audição do Secretário Regional da Saúde e Segurança Social e dos responsáveis pelo projecto de luta contra à Sida na Região.

No momento, e essa foi a preocupação da Comissão, tentando cumprir com o prazo que tinha sido estabelecido, limitámo-nos a verter no papel as informações que nos foram facultadas.

Repito e reafirmo que algumas das questões, nomeadamente os projectos para a campanha de verão de 96 e as verbas que deveriam ser gastas ou que poderão ser

gastas no texto apresentado, essa informação não nos foi disponibilizada. Só no futuro é que a conseguiremos obter.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral.

Deputado Jorge Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Paulo Valadão.

Em primeiro lugar, quero agradecer as referências que fez a esta questão que abordei hoje e dizer-lhe também - e já agora porque não dizer isto - que fui das primeiras pessoas, em anteriores legislaturas, a levantar esta questão na Assembleia, aliás, com o apoio expresso do Sr. Deputado Manuel Serpa também sensibilizado por esta matéria.

Tentámos fazer uma comissão parlamentar para esta altura, o que não teve resultado por razões que nos extravasaram, mas este problema tem sido debatido várias vezes nesta Assembleia e é um dos locais onde tem alguma acuidade ter levantado esta questão.

Portanto, não precisaria muito, mas humildemente aceito alguns "remoques" nessa matéria.

Quanto à documentação que o Sr. Deputado exibiu, devo dizer a V. Exa. que felizmente ou infelizmente, porque tenho outra comissão, não pertenço a essa, mas por aquilo que me alertou vou procurar arranjar esses documentos, tendo em atenção a disponibilidade da minha colega de bancada, Dra. Rosa Machado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Concluída a discussão vou pôr à votação este relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais sobre a "Prevenção na Sida na Região Autónoma dos Açores".

Os Srs Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O relatório sobre a "Prevenção da Sida" foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero-me congratular por nós termos discutido como discutimos este relatório.

Quero congratular-me pelo facto de termos procurado aqui dar algum aprofundamento a ele.

Também pretendo frisar que o desabafo do Sr. Deputado Jorge Nascimento Cabral, há pouco, não teve razão de ser, porque afirmações como a que fez ainda há pouco no Período Antes da Ordem do Dia, são afirmações que não dignificam esta Câmara.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pretende usar da palavra?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sim Sr. Presidente, para defesa da honra!

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há aqui um equívoco, Sr. Deputado Paulo Valadão.

Na minha intervenção eu não referi, nem nunca estive no meu pensamento, qualquer elemento da Comissão da Juventude e Assuntos Sociais.

Não percebo quais são as suas razões do "achaque" que parece vir ao de cima, porque eu não tive sequer intenção de falar nos deputados que pertencem a essa Comissão. Sinceramente, digo-lhe isto com toda a honestidade.

Porém, não posso entrar neste momento num pormenor que se passou em outros sítios, onde esse relatório foi referido.

Eu peço imensa desculpa, mas não tem nada a ver com os deputados da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais até pelo contrário, mas sim com um facto mais ou menos personalizado que aconteceu fora deste plenário.

Peço imensa desculpa se de alguma forma a minha explicação ou a minha referência o magoou, mas sinceramente não tive intenção disso, nem sequer pensei em V. Exa. ou nos membros da Comissão quando fiz aquele desabafo.

Presidente: O Sr. Deputado Rui Melo pretende usar da palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma brevíssima declaração de voto só para reafirmar o empenho do Grupo Parlamentar do PSD neste tema.

Nós consideramos que esta Proposta de Resolução que foi apresentada pelo Partido Socialista teve a virtude de permitir-nos debruçar durante várias horas sobre esse tema e deu-nos a possibilidade de nos apercebermos de uma parte de todo esse mecanismo.

Agora, é necessário darmos o passo em frente, contactarmos com aqueles que estão a coordenar e estão a actuar no terreno.

Uma vez que esta será a última vez que vou usar da palavra neste dia, não posso deixar de salientar e elogiar o trabalho e a dedicação de todos os deputados da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, do PSD, PS e PCP, porque nós nesta sessão legislativa trouxemos a esta Casa 9 diplomas.

Era impossível exigir mais aos 13 deputados da Comissão.

A Comissão cumpriu na sua plenitude e, neste momento, não tem nenhum documento pendente a não ser aqueles que entraram durante esta semana.

Nesta declaração de voto, queremos reafirmar que é necessário agora termos contactos com a Comissão Regional da Luta Contra a Sida para podermos trazer a esta Casa melhores e maiores aporções sobre este assunto.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma das coisas que faço pouca vez é declarações de voto sobre esta matéria, mas gostaria de salientar que o nosso voto significou precisamente o apreço por esta primeira aproximação feita à questão que aqui foi posta a esta Assembleia, ou seja, um conhecimento tanto quanto possível perfeito, integral dessa problemática na Região.

Não se esperava que se conseguisse isso a 100%, mas a percentagem conseguida é útil e todos nós beneficiamos com ela.

Fazemos votos que este esforço prossiga, para que consigamos aproximar-nos desse conhecimento tanto quanto possível desta situação e com esta nossa colaboração conseguirmos que o Governo Regional estude ao passo nessas matérias e chegue

àquilo que se pretende, ou seja, não abdicar — noutras áreas este termo surge muito, aqui não poderá surgir — em desenvolver os esforços que o progresso da doença parece impor a todos nós, a consciência crítica sobre este problema e os meios postos à disposição para que ela possa ser eficaz, profunda e correcta.

Disse.

Presidente: Peço aos Presidentes dos Grupos Parlamentares e às Representações Parlamentares, o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos e passemos ao ponto n.º 3 que se refere a uma **Proposta de Decreto Legislativo Regional sobre "Regulamento Policial na Região Autónoma dos Açores"**.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública.

Secretária Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Berta Cabral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considerando a evolução legislativa, verificada desde a aprovação do anterior Regulamento Policial, em Junho de 1985, o Governo entendeu apresentar a esta Câmara um novo regulamento que pretende incorporar num só diploma um conjunto de matérias que se encontram dispersas por vários diplomas nacionais, usando para o efeito da competência legislativa específica da Região.

É um diploma que se reveste, sob o meu ponto de vista, de grande importância na medida em que visa compatibilizar, conforme já foi dito, um conjunto de diplomas dispersos, como visa também harmonizar o exercício das actividades nele previstas como o interesse específico da Região, nomeadamente na área do turismo.

O presente diploma, tem por outro lado, uma repartição de competências que, do nosso ponto de vista, parece lógica e coerente, entre a administração regional e as câmaras municipais, uma vez que nós temos uma organização administrativa autónoma, diferente daquela que existe no Continente.

Relativamente à proposta apresentada anteriormente, eu gostaria de salientar que se retirou desta todas as disposições de carácter executivo, remetendo-as para regulamentação posterior.

Também se conformou esta proposta com o Decreto-Lei n.º 316/95, publicado em Novembro do ano passado, retirando todas as disposições relativas ao licenciamento do exercício das actividades previstas naquele diploma, nomeadamente, festividades nas vias públicas, espectáculos, venda ambulante, etc....

Retirou-se também todas as matérias que na altura foram consideradas como susceptíveis de atentarem às liberdades individuais dos cidadãos.

Neste momento, julgo que temos uma proposta que está de acordo com as pretensões desta Câmara.

Fica à vossa disposição.

Presidente: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, assume o parecer da Comissão, bem como o Partido Comunista Português e o Grupo Parlamentar do PSD. Vamos votar o diploma na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 23/04/94, deu entrada na Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/94 - "Aprovação do Regulamento Policial na Região Autónoma dos Açores" - tendo baixado à Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais para emissão de parecer, o que não veio a acontecer de imediato, porque a Comissão foi informada que o Decreto-Lei 328/86 iria ser alterado, diploma este que no seu articulado, classifica os estabelecimentos hoteleiros e similares.

Passados alguns meses e não havendo a publicação do referido diploma, a Comissão deu um parecer sobre o projecto o qual acabou por ser aprovado no plenário da ALRA, em Setembro de 1995.

A publicação do Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de Novembro, que tratava de matérias relacionadas com o Regulamento Policial, levou a que o Ministro da República vetasse o diploma aprovado na Assembleia, em Setembro.

Após o trabalho de análise de natureza do veto, a Comissão apresenta um texto de substituição que, principalmente, condensa o travejamento essencial do regime da polícia administrativa da Região, deixando para diploma regulamentar os aspectos de natureza executiva, designadamente a tramitação de processo e a fixação do valor das taxas.

Por último, é de referir que o presente diploma não pretende regulamentar legislação nacional por esta se encontrar dispersa por vários diplomas, mas sim legislar por forma global em aspectos de interesse específico.

Por estas razões, o Partido Social Democrata, votou favoravelmente este diploma na generalidade.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este diploma que há tanto tempo anda na nossa Assembleia, já tinha sido rejeitado e na altura dissemo-lo aqui que tínhamos grandes dúvidas em relação à matéria.

Neste momento, consideramos que foram expurgados aspectos de legalidade duvidosa e estamos convencidos que estão criadas condições para que o Regulamento Policial da Região Autónoma dos Açores possa ser aprovado.

Nesta conformidade e porque de uma maneira geral pensamos que houve sensatez em relação a todo este dispositivo que agora temos perante nós e que foi aprovado na Comissão, pensamos que há razões para votar favoravelmente o diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A existência de regulamento policial é de facto um elemento fundamental nas nossas pequenas colectividades e tem sido uma exigência muito acentuada das entidades fiscalizadores, designadamente das autarquias locais.

Tratam-se de medidas administrativas de polícia que disciplinam as diversas actividades do nosso quotidiano, algumas das quais com alguma relevância, designadamente em matéria de turismo, e assim algumas entidades ficam dotadas de poder de direcção e de fiscalização em matérias, como por exemplo condicionamentos de acesso a determinados locais, regulamentação de determinadas práticas e repressão de alguns comportamentos considerados excessivos.

No plano jurídico este diploma levantou imensos problemas e deixe-me dizer Sra. Secretária Regional, que de facto o primeiro documento que chegou à Comissão não tinha o mínimo de qualidade e estava completamente cheio de inconstitucionalidades. De facto, houve um trabalho intenso na análise desse documento e pouco a pouco foi-se expurgando o mesmo dessas inconstitucionalidades, ilegalidades e de algumas outras coisas absurdas que não vale a pena aqui recordar, porque em sessão anterior já o fiz.

Para ter uma ideia do trabalho produzido, eu tenho aqui os dossiers relativos ao Regulamento Policial dos quais constam 3 ou 4 versões.

Foi um trabalho intenso e árduo. Procurou-se expurgar essas ilegalidades e inconstitucionalidades e também compatibilizá-lo com documentos os quais uns existiam, outros foram saindo.

Relativamente aos documentos que foram saindo, em relação a este diploma que V. Exa. referiu, ou seja, o Decreto-Lei 316/95, deixe-me sublinhar um aspecto que penso que é importante e que a Região deve ter cuidado.

Este diploma diz que foram ouvidos os órgãos de governo próprio da Região Autónoma dos Açores.

Eu quero sublinhar este aspecto, porque se foram ouvidos, foram mal ouvidos, ou então não tiveram hipótese de se pronunciar ou pronunciaram-se mal.

Depois da leitura deste documento, verifica-se que se continua a falar em governadores civis relativamente a certas matérias que têm que ser regulamentadas na Região. Toda a gente sabe que não existem aqui governadores civis.

Por vezes estas bondades de que foram ouvidas as Regiões Autónomas, não tem correspondência no conteúdo dos diplomas, como se vê neste caso e que nos obriga a fazer uma ginástica de técnica jurídica para não cairmos em novas ilegalidades ou em novas inconstitucionalidades.

O diploma está aqui, foram ultrapassadas essas questões e o Partido Socialista votou favoravelmente na generalidade, tal como vai votar favoravelmente na especialidade, tendo já subscrito o parecer da Comissão.

Por último, para que não existam quaisquer dúvidas, queria esclarecer que nós estamos a legislar no âmbito da nossa competência própria.

Nós não estamos a regulamentar diplomas nacionais.

Estamos a legislar no uso de um poder que é nosso, com frontalidade e clareza.

Eu afirmo isto para não nos virem dizer que falta aqui uma lei nacional ou geral para nós regulamentarmos.

Nós estamos assumidamente, como de resto se diz no preâmbulo do diploma, a legislar em matéria que é da nossa competência.

Como disse e repito, o PS votou favoravelmente na generalidade e vai fazê-lo também na especialidade.

Presidente: Passemos à discussão na especialidade.

Se os Srs. Deputados não virem nenhum inconveniente, vou pôr à votação capítulo a capítulo, por uma questão de facilitar o andamento dos trabalhos.

Vamos votar o capítulo I do diploma, isto é, os artigos 1.º e 2.º.

Para o artigo 2.º, há uma proposta de alteração do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar o Artigo 2.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o Artigo 2.º, foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o Artigo 1.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 1.º, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Capítulo II.

Está aberta a discussão sobre a secção I.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção I do capítulo II foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a secção II do mesmo capítulo que inclui os Artigos 6.º e 7.º.

Para o Artigo 7.º há uma proposta de aditamento para o n.º 4, proposta pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

O Sr. Deputado Rui Melo pede a palavra com que finalidade?

Deputado Rui Melo (PSD): Para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Rui Melo (PSD): Sr. Presidente:

Uma vez que estamos a votar por secções, consideramos regimentalmente que estamos a votar os artigos.

Presidente: Claro, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Presidente não está a anunciar o número dos artigos. Está a anunciar só a secção.

Presidente: Desculpe Sr. Deputado, eu disse secção II, Artigos 6.º e 7.º e referi que o Grupo Parlamentar do PSD apresentou uma proposta de alteração.

O Orador: Sim, Sr. Presidente, mas a secção I inclui os artigos 3.º, 4.º e 5.º os quais não foram anunciados.

O Sr. Presidente anunciou agora a proposta de aditamento.

Considera-se totalmente votada a secção I, artigos 3.º, 4.º e 5.º?

Presidente: Claro.

O Orador: Era essa a minha dúvida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Se assim não procedi, refiro que quando votámos a secção I, esta incluía os Artigos 3.º, 4.º e 5.º.

Na secção II vou pôr à votação os Artigos 6.º e 7.º e para o último artigo há uma proposta de aditamento para o n.º 4.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar a proposta de aditamento para o n.º 4 do Artigo 7.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de aditamento para o n.º 4 do Artigo 7.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o Artigo 6.º e o Artigo e 7.º, n.ºs. 1, 2 e 3.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção II do capítulo II foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos à secção III que é constituída pelos Artigos 8.º e 9.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção III do capítulo II foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos à secção IV composta pelos artigos 10.º, 11.º, 12.º, 13.º, 14.º e 15.º.

Chamo atenção dos Srs. Deputados para o Artigo 10.º, para o qual há uma proposta de aditamento do Grupo Parlamentar do PSD, bem como para o Artigo 13.º.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Votemos votar em primeiro lugar o n.º 4 e 5 do Artigo 10.º, conforme proposta de aditamento.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de aditamento para os n.ºs 4 e 5 do Artigo 10.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida as restantes alíneas do Artigo 10.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 10.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigo 13.º.

Para este artigo há uma proposta de alteração para o n.º 1 subscrita pelo Grupo Parlamentar do PSD.

O Sr. Deputado José Maria Bairos pede a palavra com que finalidade?

Deputado José Maria Bairos (PSD): Para fazer uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente:

Para o Artigo 13.º, o Partido Social Democrata apresenta uma proposta de alteração, ou seja, para o n.º 1 deste artigo a redacção acabaria "...e divertimentos públicos após parecer favorável da Câmara Municipal", sendo o resto da redacção deste número retirada.

Presidente: Sendo assim, o n.º 1 do Artigo 13.º, termina onde diz "...parecer favorável da Câmara Municipal".

Vou pôr à votação com esse entendimento dos Srs. Deputados.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 1 do Artigo 13.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Está à votação o n.º 2 do Artigo 13.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 2 do Artigo 13.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida os restantes artigos da secção IV, ou seja, os Artigos 11.º, 12.º, 14.º e 15.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção IV foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à secção V do capítulo II deste diploma, constituída pelos Artigos 16.º, 17.º, 18.º 19.º, 20.º e 21.º.

Para o Artigo 21.º, há uma proposta do Grupo Parlamentar do PSD para o n.º 2, alíneas a) e c) e para os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 que constituem aditamento a esse mesmo artigo.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: As alíneas a) e c) do n.º 2 e os n.ºs 3, 4, 5, 6 e 7 do Artigo 21.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o n.º 1 alíneas a), b), c), d), e) e f), bem como o corpo do n.º 2 e a sua alínea b).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 1 alíneas a), b), c), d), e) e f) e o n.º 2 alínea b) foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Vamos votar os restantes artigos da secção V do capítulo II, ou seja, os Artigos 16.º, 17.º, 18, 19.º e 20.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção V do capítulo II foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Capítulo III.

Este capítulo é constituído pelos Artigos 22.º, 23.º e 24.º.

Para o Artigo 22.º, n.º 2 o PSD apresenta uma proposta de alteração.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 2 do Artigo 22.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o restante corpo do Artigo 22.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 22.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação a proposta de alteração para o Artigo 24.º que é constituída por uma acerto de redacção ao n.º 2, ou seja, a alínea a) passa a ser a alínea c).

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 2 do Artigo 24.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida o n.º 1 do artigo 24.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 1 do artigo 24.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação o Artigo 23.º que completa o corpo do capítulo III.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 23.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Capítulo IV.

Este capítulo é constituído pelos Artigos 25.º e 26.º.

Está aberta a discussão sobre este artigos.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O capítulo IV foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à discussão do Capítulo V, Artigos 27.º e 28.º.

Para o Artigo 28.º há uma proposta de alteração subscrita pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 28.º, conforme proposta de alteração do PSD, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o Artigo 28.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Artigo 27.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 27.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao Capítulo VI que é constituído pela secção I, Artigos 29.º e 30.º.

Para o Artigo 30.º há uma proposta de alteração para o n.º 1.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 1 do artigo 30.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o n.º 2 do Artigo 30.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O n.º 2 do Artigo 30.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar de seguida o Artigo 29.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 29.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora à secção II do Capítulo VI composta pelos Artigos 31.º, 32.º, 33.º, 34.º, 35.º e 36.º.

Para o Artigo 36.º há uma proposta de alteração para o n.º 3.

Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração para o n.º 3 do Artigo 36.º, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o n.º 3 do Artigo 36.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vou pôr à votação os restantes n.ºs do Artigo 36.º, ou seja, os n.ºs 1, 2 e 4.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: Os n.ºs 1, 2 e 4, do Artigo 36.º, foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votemos agora o corpo da secção II, isto é, os Artigos 31.º, 32.º, 33.º, 34.º e 35.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção II do capítulo VI foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Secção III.

Esta secção é composta pelo Artigo 37.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A secção III foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passemos agora para a secção IV, Artigo 38.º

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O Artigo 38.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passemos agora ao último capítulo deste diploma, ou seja, o Capítulo VI que é composto pelos Artigos 39.º, 40.º, 41.º, 42.º e 43.º.

Para os Artigos 41.º e 43.º há propostas de alteração.

Votemos em primeiro lugar o Artigo 41.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o Artigo 41.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos de seguida a proposta de alteração para o Artigo 43.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A proposta de alteração para o Artigo 43.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Votemos agora os Artigos 39.º, 40 e 42.º.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: O capítulo VII foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada na globalidade por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata congratula-se com a aprovação deste regulamento, que virá a ser um documento de orientação de primordial importância para as entidades, especialmente as Câmaras Municipais a quem legalmente estão cometidos poderes e competências.

Por outro lado, vai de encontro aos desejos formulados pelos agentes económicos, porque nunca respeita horários de abertura e de fecho e a clarificação de processos de licenciamento.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS também está satisfeito com a aprovação deste diploma.

Eu queria terminar este debate dizendo que as normas, os regulamentos, devem ter não só uma solução sancionatória, mas também uma solução, para além de regulamentadora, por vezes pedagógica.

A aplicação deste diploma pode não ser fácil para as entidades que o tem que aplicar, até porque este diploma sozinho não funciona, uma vez que existem diplomas nacionais que complementam tudo o que está aqui escrito para além do diploma regulamentar que vai ser elaborado pelo Governo.

Tendo presente esta solução pedagógica das normas, eu queria sugerir ou recomendar ao Governo que fizesse uma compilação não só deste, mas dos outros diplomas

nacionais que tratam de matéria de polícia administrativa, para que os nossos agentes económicos, as nossas autarquias e toda a gente a quem isto se destina, ou pelo menos para as entidades que o tem que fazer cumprir, saibam exactamente todo o conjunto de normas que regulamentam esta matéria.

Fica aqui a sugestão que me parece de maior importância porque por vezes há dificuldades.

Eu poderia dar exemplos, não existe aqui nada sobre o ruído, mas existe um regulamento sobre o ruído.

Não há nada aqui sobre provas desportivas na via pública, mas existe um diploma para isso.

Era útil compilá-los todos e entregá-los, por exemplo, à Câmara Municipal para saber o que fazer.

Por outro lado e a finalizar rapidamente, queria referir que neste aspecto didáctico-pedagógico há aqui uma norma que introduz uma alteração interessante. É verdade que a ignorância da lei não a aproveita ninguém, mas tivemos o cuidado de pôr aqui que a pessoa que não tiver o seu estabelecimento comercial, por exemplo uma taberna, adaptado a este regulamento, será notificada desse facto e terá um prazo para o fazer. Não é chegar lá um agente fiscalizador e multá-lo sem mais nada e ele diz "eu não conhecia a lei" e o agente responde "não interessa porque a lei tem que se conhecer". Nós tivemos o cuidado de o notificar antes.

Esta é também uma função não só repressiva, mas didáctica destas questões regulamentares e que tem a importância que esta tem.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que todos nós temos a noção de que, nalguns dos nossos concelhos, estas matérias têm estado, até ao presente, totalmente desregulamentadas.

Foi feito um esforço por esta Assembleia no sentido de haver determinada regulamentação.

Esta regulamentação em nosso entender — e como já disse o Sr. Deputado Fernando Menezes — tem que ser, pedagogicamente, introduzida em toda a nossa Região.

É uma tarefa que não vai ser fácil, pode manifestar alguns atritos (esperemos que não) e fundamentalmente pensamos que para haver respeito mútuo entre todos os cidadãos, é necessário que depois da sua implementação todos se respeitem.

Presidente: Srs. Deputados, passemos ao último ponto da nossa ordem de trabalhos em que "a Mesa da Assembleia da Legislativa Regional dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de Maio". Vou pôr à votação esta Proposta de Resolução.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se por favor como estão.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Srs. Deputados, conforme ficou combinado na nossa conferência de líderes, o nosso próximo plenário será no dia 11 de Junho às 15.00 horas.

A todos desejo uma boa noite e muito obrigado pela colaboração que prestaram à Mesa na condução dos trabalhos.

(Eram 20.50 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD- Fátima Oliveira, José Aguiar, José Manuel Nunes, Mark Marques; PS - António Silva Melo, Carlos César, Fernando Menezes)

(Deputados que faltaram à Sessão: PS - António Gomes, Duarte Pires, Mário Machado, Rui Pedro Ávila)

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Proposta de Resolução

A Administração Regional dos Açores, como pessoa de bem, deverá manter a maior credibilidade nas suas relações negociais com os agentes económicos da Região.

Numa economia frágil, com um tecido comercial altamente dependente, em que a Administração Regional se assume como o maior cliente, os comportamentos daquela, influenciam decisivamente todos os sectores e afectam sobremaneira a respectiva rentabilidade.

Após o traumatismo colectivo gerado pelos sucessivos e prolongados atrasos nos pagamentos que caracterizam o comportamento do Governo Regional no início desta V Legislatura, a actual situação que se vive no sector da Saúde, está a conduzir a uma nova onda de descrédito na Administração Regional.

E inadmissível que os serviços de Saúde do Governo Regional sejam devedores de cerca de 1 milhão de contos ao sector comercial seu fornecedor.

Por isso, ao abrigo das disposições regimentais, a Representação Parlamentar do Partido Popular propõe que a Assembleia Legislativa Regional recomende ao Governo Regional que proceda de imediato às transferências orçamentais necessárias a dotar os Serviços de Saúde dos meios de pagamento indispensáveis à regularização das contas com os diversos fornecedores.

Sala das Sessões, 21 de Maio de 1996.

O Deputado Regional, *Alvarino M. M. Pinheiro,*

A Redactora de 2.^a Classe: *Maria da Conceição Fraga Branco*